

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

NAIARA PEREIRA COSTA

**REFLEXOS DA PRIVATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: ESTUDO SOBRE A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE PÚBLICA -
SALVADOR - BA**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
DA BAHIA**

**SALVADOR, BA
2017**

Salvador

NAIARA PEREIRA COSTA

**REFLEXOS DA PRIVATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: ESTUDO SOBRE A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE PÚBLICA -
SALVADOR - BA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Profa. Dr^a. Josimara Delgada

Salvador

2017

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 03 de Abril de 2017.

Josimara Aparecida Delgado – Orientadora _____
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade Federal da Bahia

Valéria Noronha Miranda – _____
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade Federal da Bahia

Ivone Pires – _____
Mestre em Educação pela PUC- Campinas
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mainha pelo seu imenso amor, carinho e apoio. Te amo incondicionalmente!

Aos meus irmãos Filipe, Luana e Diego, pelo carinho e amor.

A minha mãe/avó que tanto amo, pelas suas palavras de carinho, mimos e pelos sábios ditados populares que acalenta meu coração. Por não me julgar quando estou errada, mas por sempre demonstrar meus erros com sábios conselhos. Sou eternamente grata por ter me possibilitado a dedicação integral aos estudos e por sempre me dizer, sempre: “Você vai ter que me aturar por muitos anos”, e eu te digo: Ai de você que se não durar 300 anos.

À minha querida orientadora Josimara Delgado, por ter acreditado nesta monografia, me acolhido e me conduzido nesta jornada tão importante da minha vida. Minha sincera gratidão.

Aos meus quatros cachorros, que me fazem companhia nas madrugadas que passei escrevendo este TCC, sempre inundando minha vida de alegria, de carinho e amor sincero.

As entrevistadas, por terem disposto de seu tempo e compartilhado comigo suas experiências. Profissionais que produziram uma riqueza de conhecimento imensurável através de suas falas.

A minha amada e querida amiga/irmã Ameline Fernandes por ter cruzado meu caminho no primeiro dia de aula, eu estava perdida sem saber como chegar na FFCH e foi você que me mostrou o caminho. Obrigada por permanecer na minha vida até hoje. Gosto do seu gênio forte que me convida a encarar a vida acadêmica com os pés no chão e pelo seu aconchego! Amo muito você, minha Mel.

A Mary Cely e Vanessa pela leitura atenta dos capítulos e pela formatação, além do carinho e palavras de apoio nos momentos de desespero, amo muito você.

Aos meus educadores e amigos do GAPECC, que compartilharam comigo seus conhecimentos, passando madrugadas estudando, além de ministrarem as aulas de segunda à feriado, tirando minhas dúvidas. Toda essa dedicação serviu para concretizar meu objetivo de entrar na UFBA.

Obrigado por me ensinarem a fazer uma leitura crítica da realidade, por me ajudarem a me libertar dos padrões da estética europeia e por sempre dizerem: “O lugar de vocês é onde vocês quiserem estar!” Serei eternamente grata por terem me possibilitado fazer parte da família GAPECC.

A Francisco Ribeiro, que sem saber me influenciou na escolha do curso de Serviço Social, muito obrigado pelo seu comprometimento como educador e pelos grupos de estudos depois das aulas, pelos sábados e domingos perdidos comigo.

As professoras desta universidade que são exemplos a ser seguido, de profissionais competentes e éticas.

A minha querida orientadora de estágio Gilmara Oliveira, exemplo de profissional que eu gostaria de ser.

As Assistentes Sociais da Maternidade Climério de Oliveira, que tão bem me conduziram no estágio.

Às funcionárias do CRH, em especial a Adna, Nem e Alexandre pelos abraços apertados e os sorrisos largos e sinceros.

As minhas colegas da turma de 2012.1, aprendi muito com todas vocês. Em especial: Nádia, Pâmela , Taís , Maiane e Jéssica Cleophas, que tornaram as aulas tão agradáveis, como foi bom estar com vocês, saibam que em mim tem um pedacinho de todas vocês.

As professoras convidadas Valéria Noronha e Ivone Pires que me honraram com suas presenças na banca de defesa.

A todos os que não foram nominalmente citados aqui, mas que de alguma forma contribuíram para que este trabalho acontecesse: meu muito obrigada!.

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Conceição Evaristo, escritora. Seu livro "Olhos d'água" foi vencedor do Prêmio Jabuti, na categoria contos e crônicas, em 2015.

COSTA, Naiara Pereira. Os Reflexos da privatização dos Hospitais Universitários, no processo de precarização do trabalho da Assistente Social na saúde. 75 f. il. 2017. Trabalho de conclusão de curso de graduação – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir o trabalho da Assistente Social nos Hospitais Universitários de Salvador, sob a gerência da EBSEH, considerando o contexto de reestruturação produtiva contemporânea, expondo o processo de precarização, caracterizado por subcontratações, trabalho por tempo determinado, que refletem de forma significativa na efetivação dos direitos trabalhistas e na desestruturação da Política de Saúde, sob a égide da privatização. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre as metamorfoses do trabalho, o contexto político-sócio-econômico contemporâneo, trabalho precário, o processo de construção do sistema único de saúde.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social, Precarização, EBSEH e Política de saúde

ABSTRACT

This paper proposes to discuss the job of Social Worker in the University Hospitals of Salvador, by the management of the Brazilian Company of Hospital Services - EBSEH, considering the context of contemporary productive restructuring, exposing the process of precariousness, characterized by subcontracting, work by determined time, which significantly reflects the effectiveness of labor rights and the disruption of Health Policy, over the aegis of privatization. For that, bibliographical surveys were carried out on work metamorphoses, the contemporary socio-economic and political context, precarious work and the process of construction of the single health system.

KEY WORDS: Social Work, Precariousness, EBSEH and Health Policy

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO

II - O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA.....p.11

2.1 - Breves considerações teóricas e históricas sobre a categoria trabalho na sociedade capitalista Brasileira.....p.11

2.2 - Evolução Histórica do trabalho no capitalismo.....p.16

III - A QUESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEOp.34

3.1- A saúde no Brasil: do SUS aos processos de privatização e redução dos direitos.....p.34

3.2 - Os hospitais universitários e o processo de precarização na saúde.....p.38

IV - A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS EM SALVADORp.42

4.1- As escolhas Metodológicas do trabalho.....p.42

4.2- Perfil Socioeconômico das entrevistadas.....p.45

4.3-RESULTADO DA PESQUISA.....p.52

4.4-*Escolha profissional pela área de saúde*.....p.52

4.5- *Concepções acerca do Sistema Único de Saúde –SUS*p.54

4.6- *Precarização do Trabalho das Assistentes Sociais nos HUs- Salvador-BA*....p.65

VI - CONSIDERAÇÕES FINAISp.66

VII- REFERÊNCIASp.67

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO (TCLE).....p.71

APÊNDICE B - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.....p.72

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....p.73

I. INTRODUÇÃO

O interesse pela categoria trabalho é proveniente da experiência de inserção na graduação em Serviço Social, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mais especificamente no 2º semestre, a partir das discussões provenientes das disciplinas FHTM1 e Sociologia II. O arcabouço teórico de ambas as matérias fomentaram inúmeros questionamentos ao longo de todo o percurso acadêmico.

Dessa forma, no intuito de conhecer mais do assunto referente a financerização do trabalho e suas manifestações na cena contemporânea fez com que eu ingressasse no ano de 2013/2014, no PIBIC – CNPq, enquanto bolsista de um grupo de pesquisa coordenado pela docente Dr^a Isabela Fadul de Oliveira. O projeto intitulava-se “A flexibilização da legislação trabalhista e a regulação das condições de trabalho no âmbito da negociação coletiva.” O objetivo da pesquisa era analisar o processo de flexibilização da legislação trabalhista e as condições de trabalho no Brasil, a partir da década de 1990, no processo de reestruturação produtiva.

Com isso, o projeto tem enquanto foco três institutos: a Participação nos Lucros e Resultados – PLR, o Banco de Horas e o Contrato a Tempo Parcial. As atividades desta pesquisa concentravam-se na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), mas especificamente no Centro de Estudos e Pesquisa em Humanidades (CRH), no qual funciona o grupo de estudo: Trabalho, Precarização e Resistências.

Com foco ainda neste mesmo tema, também ressalto a importância da participação na pesquisa “Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social”, ministrado pela docente Dr^a Josimara Aparecida Delgado (Coordenadora do grupo de pesquisa) alocado também no Instituto de Psicologia.

Em paralelo a essas atividades, também houve a inserção no Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social realizado na Maternidade Climério de Oliveira, vinculado à UFBA no período de maio/2014 a julho/2015.

O estágio fomentou subsídios para a formulação deste trabalho de conclusão de curso. Das inquietações resultantes do processo de estágio, algumas situações se

demonstraram de modo bastante enfático e recorrente, ou seja, as demandas pertinentes ao serviço social eram desproporcionais a quantidade de profissionais existentes na instituição. Assim, as demandas excessivas das enfermarias, ambulatório e do Centro Obstétrico sobrecarregava as profissionais, além de não possuir uma sala adequada para o atendimento dos (as) usuários (as), dentre outras situações que desvalorizavam as profissionais.

Além disso, foi possível perceber a insatisfação das profissionais com a notícia da instalação da EBSEH na instituição. Frente a essa realidade, faz-se necessário compreender a forma de gestão proposta pela EBSEH e inferir algumas indagações: Quais as possíveis mudanças nos serviços prestados pela maternidade? É possível privatizar uma instituição pública de saúde? O que mudaria no processo de trabalho das assistentes sociais?

No escopo dessa discussão é que se articula o objetivo específico deste trabalho, que consiste em problematizar:

- Identificar os reflexos da privatização dos Hospitais Universitários de Salvador, no processo de intensificação da precarização do trabalho da Assistente Social na saúde.
- Compreender os impactos da aderência do novo modelo de gestão :Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares(EBSEH) na efetivação do Sistema Único de Saúde.

A relevância social e motivação para o desenvolvimento deste trabalho residem na expectativa de que seu resultado forneça subsídios para que se amplie o corpo de conhecimentos acerca das novas performances da precarização dos direitos trabalhistas e nas formas de contratação, das “privatizações não clássica” dos órgãos públicos e o movimento de desconstrução do Sistema Único de Saúde. Todavia, reconhecemos que a temática proposta não é novidade no mundo acadêmico, uma vez que, numerosos trabalhos científicos, tais como: monografias e artigos são produzidos constantemente no âmbito da sociologia do trabalho.

O corpo desse trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo introdutório, que encerra aqui, este tratou do tema, do objeto e dos objetivos. No segundo capítulo, apresentaremos o debate teórico sobre o trabalho na sociedade

capitalista contemporânea. No terceiro capítulo, apresentaremos as considerações teóricas e históricas sobre a categoria trabalho na sociedade capitalista brasileira.

1. O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Importa registrar, que a abordagem sobre a categoria trabalho que está sendo estudada nesta discussão é o trabalho na fase primitiva, passando por seu estágio contemporâneo e, posteriormente, o regime capitalista. Para isso, é fundamental sinalizar as transformações ocorridas no âmbito da categoria trabalho, sob a lógica das distintas formas de produção e exploração da mão de obra, com ênfase nas particularidades brasileira.

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS SOBRE A CATEGORIA TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA

O avanço da comunidade primitiva se deu a partir do desenvolvimento do trabalho, onde essa relação de coexistência proporcionou inúmeras transformações no âmbito das interações coletivas e individuais dos seus membros, bem como nas técnicas de plantação e na formulação de instrumentos que os possibilitou uma agilidade nas atividades rotineiras.

Uma vez que, na comunidade primitiva esses homens e mulheres sobreviviam sob o instinto da cooperação, pois, ainda não havia se desenvolvido o cancro da propriedade privada e os bens produzidos pelos mesmos possuíam apenas valores de uso. Conforme Neto e Braz (2012), às relações eram simples com atividades voltadas à sobrevivência, possuíam uma estrutura equânime baseada na divisão de tarefas tais como: caça, coleta e preparação dos alimentos, o que perdurou durante milênios.

Com a domesticação de animais e o surgimento da agricultura, transformou-se as relações com a terra e desenvolveu-se o trabalho com o uso de instrumentos e ferramentas mais elaboradas, bem como a divisão de tarefas voltadas para o artesanato e o campo.

Ainda, de acordo com Marx (1989):

[...] o trabalho é uma atividade pelo qual os homens e mulheres impulsionam, regulam e controlam seu intercâmbio material com a natureza. Põe em movimento as forças naturais de seus corpos a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando, assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo em que modifica essencialmente sua própria natureza. (MARX, p.202,1989).

Este processo cíclico desnuda o ser primitivo e o converte em um ser social com novas demandas materiais, que conseqüentemente passa a conduzir a própria conduta dos homens e mulheres. Os indivíduos passam a ser motivados pelos interesses egoístas provenientes da sociedade do capital, uma vez que, o trabalho permite acrescentar valores de uso e valores de troca aos produtos resultantes das atividades manuais. Deveras, a constante interação dos indivíduos com a natureza e entre si resultou na concretude do trabalho e na substantivação do ser social, “dotado de racionalidade e sensibilidade”¹.

Marx (1890) salienta que:

Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão, através da construção dos seus alvéolos de cera, envergonha muitos mestres- de -obra humanos. O que, porém, de antemão distingue o pior mestre -de -obra da melhor abelha é que ele construiu o alvéolo na sua cabeça antes de construir em cera (MARX ,p.202.1890).

A partir disso, iniciou-se um processo de diferenciação entre o homem e a natureza, pois compreende-se que o trabalho é “fundante do ser social”, sendo este uma atividade privativa dos mesmos.

Embora os animais possuam a capacidade de criar estruturas complexas, similares à de um trabalho humano, que se perfaz por meio da apropriação e alteração de elementos da natureza, existe uma diferença entre estes. A abelha executa uma determinada atividade, através do instinto biológico, uma vez que, não é dotada de racionalidade. Contudo, diferente dos seres humanos que possuem uma característica própria de efetivação do trabalho teleológico, digo, a realização de um planejamento de todo o

¹ Ver Netto; Braz, 2012 p.55.

processo de trabalho que será preciso para a concretização do objeto idealizado.

Dessa forma, para conseguir efetuar sua ação, os mesmos utilizam-se de instrumentos externos (ferramentas) para executar as fases do trabalho. Já no caso da abelha, esta possui no seu interior substâncias químicas e físicas capazes de criar e modelar a sua criação de forma mecânica.

Para Neto e Braz (2012), o ser social se distancia e sobressai aos animais, pois possuem uma capacidade de agir teleologicamente. Ele se propõe finalidades e antecipa metas, dispõe-se da capacidade de projetar para reproduzir-se como tal, amplia-se e enriquece o que não pode ser realizado através de mecanismos meramente genético.

Diante da evolução no processo de trabalho, onde podemos citar: habilidades adquiridas pelos homens, o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, o conhecimento menos precário da natureza, dentre outros, fizeram com que o homem se tornasse mais produtivo, pois começou a prover mais bens que os necessários para a manutenção do grupo. Na medida em que, há uma explosão na produção dos bens necessários para a sobrevivência, onde a escassez que antes era tão natural cede espaço para a abundância de produção, e assim os indivíduos passaram a acumular os produtos do seu trabalho. Vale salientar que, este aumento da capacidade produtiva denomina-se excedente econômico.

Dessa forma, o que era produzido pela comunidade primitiva, se não fosse destinado a atender a demanda dos mesmos, passa a ser acumulado e trocado, gerando assim inúmeras mudanças nas relações de convivência dos homens e mulheres. Nesse sentido, o excedente econômico fomentou o surgimento da acumulação primitiva² e com ela a propriedade privada, as desigualdades sociais, as primeiras e rústicas formas de troca de produtos, a divisão social entre trabalho material³ e intelectual.

De certo modo, para além da evolução objetiva de homens e mulheres primitivos precedentes do trabalho, do ato de socialização do conhecimento por meio da comunicação entre os membros da comunidade. A partir disso, criam-se estruturas sociais

² Para Marx (2013) Acumulação Primitiva é o processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital.

³ Conforme Druck (1999) o Trabalho intelectual refere-se aos que decidem e comandam o trabalho, já o Trabalho Manual refere-se aos que executam e obedecem (DRUCK, 1999, p. 1-3).

que direcionam a vida dos indivíduos, emergindo seres "plasmados" que modelam um novo cenário da vida em grupo, ou seja, a vida em sociedade – “passando a viver do trabalho de outra parcela” (MARX, 2013, p. 55). De modo, que o cenário histórico é produto do trabalho. Tal ação se objetiva por meio da práxis:

A práxis para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e nas ideias da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores- um mundo social [...]Mas, a práxis não resultam somente produtos, obras e valores[...] A práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem ,como algo que lhe é estranho e opressivo (NETTO; BRAZ,2012, p.56).

De tal modo que, a práxis é construída por Marx (2013) como atividade objetiva - criadora do ser social - e o trabalho é sua forma ontológica primária. Com isso, podemos compreender que o trabalho é intrinsecamente responsável pela produção e reprodução da vida material e social.

Ainda, conforme o autor é com o advento da propriedade privada que o:

[...] trabalho se torna meio, e não primeira necessidade de realização humana, a força de trabalho se tornar uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital. O seu trabalho não é portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório (MARX, 2013, p. 69-70).

Indubitavelmente, o que o autor sugere é que o trabalho torna-se um elemento algoz aos indivíduos, com característica de cunho penoso para o ser humano. Com isso, os bens que outrora eram produzidos pela comunidade primitiva sob a lei da cooperação, se desnuda e assume uma fisionomia de mercadoria, e assim, o trabalho adquire um valor social, pois é efetivado com intuito de suprir as necessidades de outros indivíduos e não a do próprio produtor. Além disso, o indivíduo é desvinculando compulsoriamente da

produção como um todo, ao ser inserido na divisão social e técnica do trabalho.

As relações entre os membros da comunidade se tornam meras ligações de troca e posteriormente, transforma-se em uma relação de venda e subordinação entre homens. Seguindo essa lógica, Iamamoto (2000), ressalta que:

Os laços sociais entre os indivíduos deixam de ter características de laços diretos entre os membros de uma comunidade, para se tornarem mediados pela mercadoria que produzem. O coletivo não mais coincide com o interesse individual, sendo o geral uma forma ilusória de coletividade (IAMAMOTO, 2000, p.45).

Diante do exposto, Sara Granemann (1999) observa que

A categoria trabalho sob a ótica capitalista converte a ação laborativa em atividade que produz uma sociabilidade alienada, pois é exercida com o fito da mercantilização, exclusivamente com o objetivo de auferir lucros para o capitalista (GRANEMANN, 1999, p. 226).

Ou seja, no capitalismo a força de trabalho⁴ se converte em mercadoria. A mercadoria⁵ é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas. A provenham do estômago ou da fantasia (MARX, 1988 apud GRANEMANN, ano, p. 41). É importante ter em mente, que só constitui mercadorias aqueles valores de uso que podem ser reproduzidos, isto é: produzidos mais de uma vez repetidamente. Para Netto e Braz (2013) a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca e para a venda. Somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitados por outrem, constituem mercadorias. Assim, a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca. Contudo, o que importa para o

⁴ Força de trabalho é o potencial, a capacidade física e intelectual que os homens e mulheres têm para realizar o trabalho, e que é oferecida no mercado em troca de um salário (DRUCK, 1999, p.16)

⁵ É importante registrar o caráter alienador da mercadoria por meio do fetiche. O fetiche da mercadoria é a forma aparente que as mercadorias assumem na sociedade capitalista, o fetiche nos impede de identificar a essência da mercadoria – o trabalho humano – e, portanto, nos impede de compreender que, o que se movimenta e o que relaciona são os próprios homens, através do seu trabalho e das formas sociais que se assume. Esta é a forma mais evidente da alienação do trabalho (DRUCK, 1999, p.4).

capitalista é o valor de uso, uma vez que, proporciona mais valia⁶.

Logo, pode-se afirmar que o trabalho se desvencilha da funcionalidade de dignificar homens e mulheres e passa a ser efetivado pelo trabalhador como imposição a sua prevalência em sociedade. Tanto em sentido de socializar-se, como o único mecanismo lícito de suprir suas necessidades materiais (vestir, alimentação e se reproduzir). Visto que, é no bojo dessas relações que à alienação⁷ se apresenta, sendo compreendida como:

Extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria) ; pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadoria ao mercado (em outras palavras, a “reificação “ das relações humanas);pela fragmentação do corpo social em indivíduos isolados, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, em “servidão a necessidade egoísta “,fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto de privacidade (MESZAROS, 2006.p39).

Dessa forma, “na medida em que o trabalho estranhado rebaixa a atividade humana a mero meio de subsistência, a própria vida humana transforma-se num meio de efetivação da atividade estranhada” (RANIERE, 1997, p. 62).

Portanto, as relações sociais, ideológicas e políticas são envoltas pelos ideais capitalista e assim pode-se constatar que, diante das inúmeras mutações ocorridas no interior da organização social do trabalho, os indivíduos passam a viver sob a tutela alienante do capitalismo. A dinâmica capitalista tem como foco o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas de produção que garante sempre o lucro.

⁶ A mais valia (lucro) é aquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o sobretrabalho, ou trabalho não remunerado (ANTUNES, 2013, p.77).

⁷ Desse modo, a alienação como expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro, apresenta-se como “abstração da natureza específica, pessoal “do ser social que “atua como homem que perdeu a si mesmo” (ANTUNES, 2013, p. 71). Como é exposto por Marx, 2013, apud Druck, 1997, p. 1 a alienação deve ser compreendida sob três aspectos: o primeiro momento é o processo de separação dos homens dos meios e instrumentos de trabalho.[...], o segundo momento da alienação, é quando os homens são separados e desapropriados do produto de seu trabalho[...] e o terceiro momento da alienação é quando os homens são afastados da atividade do processo e do resultado do seu trabalho, os homens começam se sentir afastados e estranhos com relação a si próprios. (DRUCK, 1997, p.1).

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO NO CAPITALISMO

Ao fazermos uma retrospectiva do percurso histórico do desenvolvimento capitalista percebemos inicialmente um estágio de produção que começa com acumulação primitiva e vai até os primeiros passos do capital para controlar a produção de mercadorias como vimos anteriormente. A partir disso, o capital comanda o processo de trabalho, mediante “o estabelecimento da manufatura no qual o papel do grupo social dos comerciantes/mercadores foi decisivo - estágio por isso mesmo designado como capitalismo comercial (ou mercantil) (NETTO; BRAZ, 2013, p.1832)

E neste decurso nasce também a burguesia - oriunda “dos grupos mercantis que acumulam grandes capitais comerciais - afirma-se como classe que tem nas mãos o controle das principais atividades econômicas e confronta-se com os privilégios da nobreza fundiária” (NETTO; BRAZ, 2013, p. 183). Em 1848, a burguesia assume uma postura conservadora em prol da propriedade privada e da acumulação capitalista.

A classe revolucionária é aquela que tem por tarefa liberar as forças produtivas dos limites que eram colocados pelas relações feudais de produção. (Ibidem, p.183)

O desenvolvimento do capitalismo teve início na Inglaterra, no século XVIII até o início do século XX, com a revolução Industrial produziu mudanças no âmbito das relações de produção e reprodução das relações sociais. A apreensão do modo de produção capitalista apresenta classicamente dois níveis fundamentais de desenvolvimentos: a manufatura e a grande indústria⁸, que especificam formas determinadas de divisão de trabalho [...] a manufatura implica um processo de produção coletivo, executado por numerosos trabalhadores [...], entre os quais se dividem as diversas operações parciais da produção (IAMAMOTO, 2000, p.60-61)

Essa separação entre o trabalho e os meios de produção, dar-se quando os

⁸ A divisão do trabalho nas manufaturas implica três benefícios: desenvolve a habilidade do trabalhador, aumentando sua destreza; reduz o tempo de produção, pois não há perda por deslocamento; estimula o desenvolvimento de máquinas específicas para estas operações parceladas, inserindo a tônica de mecanização (SMITH, 2010, p. 21).

trabalhadores, proprietários da força de trabalho, se veem impelidos a vendê-la aos proprietários dos meios de produção em troca de um salário. É nessa relação simultânea de expropriação e apropriação entre o empregado e o empregador que se revela a mais-valia, que é entendida como “[...] o oxigênio do modo de produção capitalista” (NETTO; BRAZ, 2013, p.42). Conforme os autores:

É justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização(uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso. (NETTO; BRAZ, 2013, p.113).

Em meio a esse processo de produção, os trabalhadores são expostos as formas mais degradantes⁹ de exploração da força de trabalho e desapropriação da dignidade humana. Os mesmos são submetidos a um movimento de regressão – ora, uma vez que, os indivíduos eram possuidores da sua força de trabalho, arquitetos dos instrumentos de produção, formulavam uma rotina de trabalho com a concepção do que fosse básico para sobreviver. São separados por uma lógica perversa entre os intelectualizados (os que decidem e comandam) e meros trabalhadores manuais (os que executam e obedecem).

A fábrica emerge como unidade de produção baseada no maquinismo, em que se dá a cooperação simples de inúmeras máquinas que funcionam concomitantemente para fins semelhantes. [...] As ferramentas do trabalhador reaparecem combinadas como peças de um aparato mecânico, revestindo uma forma substantiva totalmente emancipada dos entraves e limite próprios da força humana. O instrumento de trabalho adquire independência em face do trabalhador (IAMAMOTO, 2000, p.66-67).

A mesma autora, ainda sublinha que:

⁹ A concentração da produção, reunindo os trabalhadores na linha de montagem das fábricas e intensificando a divisão social do trabalho, leva à concentração da população operária que, residindo nos seus arredores, vai incrementar o processo de urbanização. Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários (SANTOS, 2012, p. 37)

[...] Na grande indústria automatizada os trabalhadores tornam-se meros vigilantes da máquina, intervindo, apenas esporádica, num sistema automatizado, transformando-se em simples órgãos de um maquinismo, subordinado a uma força motriz central. [...] na fábrica ele serve à máquina que se torna o sujeito da produção (ibid, 2000, p. 64).

Esse cenário de inovações tecnológicas e avanço na produtividade de mercado não foi sentido de forma benéfica e equânime na vida dos proletariados e capitalistas, pois conforme os autores Netto e Braz (2013) o,

[...] avanço da acumulação fez com que, no desenvolvimento da produção capitalista, a demanda por máquinas, instrumentos, instalações, materiais e insumos seja maior que a demanda da força de trabalho. Assim, uma parte sempre variável, maior ou menor do proletariado aparece como sobrança em face das necessidades da acumulação; essa parcela de supérfluos (excedentes) constitui o exército industrial de reserva (NETTO; BRAZ, 2013, p. 146).

Sem dúvidas, fica visível o enriquecimento de uns em detrimento de outros – capitalistas enriquecidos com o acúmulo da mais valia, com a intensificação da exploração dos trabalhadores, que são subordinados aos ditames do mercado por meio de longas jornadas de trabalho, absorção de mão de obra de mulheres com um maior controle dos empregadores sobre os empregados. Mas, uma parcela da classe trabalhadora não estava conformada e nem incrédula dos seus potenciais enquanto classe. Exemplo disso é que no seio das fábricas é que se levantaram bravas vozes dos que se rebelaram contra as condições de labor na Inglaterra, o que colaborou para uma desestabilização no ciclo opressor imposto pelos capitalistas.

Através do movimento operário, da vontade coletiva e organizada da classe trabalhadora, que proporcionou aos poucos, as condições necessárias para construção dos sindicatos. Entendemos com isso que, o que gera vida ao capital são os próprios indivíduos, a essência do capital, que se assenta nas interações sociais repletas de historicidades.

O dinamismo de acumulação do capital segue a linearidade da centralização e concentração do mesmo, por meio de conglomerados de riquezas e investimentos a fim de garantir a perpetuação do capital. Do mesmo modo, que acumula miséria, por meio de um

trabalho destrutivo e opressor que dá vida a questão social. Ao compararmos o trabalho no regime escravista ou feudal com o modo de produção assalariado, percebemos que nos dois primeiros, a coerção era visivelmente regulamentada. Já no último, a coerção é imposta de forma sutil, ou seja, ao se estabelecer o modo de produção mercadológico os indivíduos foram compelidos pela fome, a se submeterem às formas degradantes de emprego. Assim:

“O velho paradigma do trabalho forçado não é pois recusado enquanto se constitui o embrião de uma condição de assalariado “moderna”. Ao contrário, ele acompanha e tenta enquadrar seus primeiros desenvolvimentos. O que pode ser perfeitamente entendido: as condições de trabalho são tais nas primeiras concentrações industriais, que é preciso estar sob a mais extrema sujeição da necessidade para aceitar semelhantes “ofertas ” de emprego, e os infortunados assim recrutados aspiram somente a deixar o mais rápido possível esses lugares de derrelição” (CASTEL, 1998, p. 206)

A partir dessas intensas transformações ocorrida no mundo laboral¹⁰ e nas relações entre os indivíduos, podemos compreender como se consolidou o modelo de produção taylorista e fordista. Druck (1999) afirma que, o Taylorismo ou administração científica do trabalho surge como uma nova cultura do trabalho na passagem do século XIX para o XX. Esse modelo de produção tem como características o controle do labor, a transferência de todos conhecimentos sobre o trabalho para a gerência (separação entre concepção e execução). Taylor¹¹, exigia um espírito essencialmente cooperativo, sem conflitos, principalmente, sem resistência à nova administração por parte dos trabalhadores e dos sindicatos, ou seja,

¹⁰ Marx (2003) utilizou-se de dois termos distintos (em inglês) para melhor caracterizar essa dimensão ampla do trabalho: Work and labour. O primeiro termo (work), mas dotado de positividade, é por isso uma expressão mais aproximada da dimensão concreta do trabalhador, que cria valores socialmente úteis e necessários. O segundo termo (labour) expressa a dimensão cotidiana do trabalho sob a vigência do capitalismo, aproxima-se mais da dimensão abstrata do trabalho, do trabalho alienado e desprovido de sentido humano social(ANTUNES, p.73)

¹¹ As novas formas de gerência propostas por Taylor tinham um conteúdo fortemente autoritário e, na sua essência, tinham um poder de aplicação sustentando muito mais na força e na coerção e muito menos no convencimento e na busca da adesão dos trabalhadores. Somente quando os salários começam a ser transformado [...] num instrumento [...] de conquista do apoio dos trabalhadores, Há [...] uma aceitação maior do taylorismo por parte deles e de seus sindicatos (DRUCK, 1999, p. 35).

estava se estabelecendo o capital monopolista.

Já o fordismo, na concepção de Druck (1999), é a amplificação do taylorismo, sua difusão e consolidação. A data simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelece no ano anterior em Dearborn, Michigan. [...] Os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (HARVEY, 2007, p. 121 -122)

Portanto, a forma que a sociedade se comporta diante dos fatos sociais e o modo pelo qual se apresenta os valores ideológicos, se baseiam na maneira como é produzida e distribuída a sua riqueza, bem como o individualismo, egoísmo e a competitividade - inerentes ao modo de produção capitalista. Vasquez (2011) explicita que o econômico torna-se determinante na vida dos indivíduos, pois as relações de produção desenvolvidas entre os homens e entre as classes determinam todas as outras relações, sejam elas sociais, políticas e culturais.

Portanto, o fordismo – enquanto novo padrão de gestão do trabalho e da sociedade – sintetiza as novas condições históricas, constituídas pelas mudanças tecnológicas, pelo novo modelo de industrialização, este caracterizado pela:

[...] produção em massa, pelo consumo de massa, o que coloca a necessidade de um novo padrão de renda para garantir a ampliação do mercado, pela “integração “ e “inclusão” dos trabalhadores .Tal inclusão, era obtida através da neutralização das resistências e até mesmo da eliminação de uma parte da classe trabalhadora – os trabalhadores de ofício e da “persuasão “, sustentada essencialmente na nova forma de remuneração e benefícios (DRUCK, 1999, p.37).

Mais adiante, no período do pós-Segunda Guerra Mundial foram sentidas nos países americanos industrializados um longo lapso de desenvolvimento de benefícios sociais, um alto crescimento econômico e uma política de pleno emprego. Com isso, tais investimentos foram realizados como uma forma de minimizar os efeitos das crises econômicas¹²

¹² Compreende-se por crise econômica como a interrupção do movimento M-D-M, descrito por Marx. Ou seja, o capitalista investe em dinheiro para produzir mercadorias com o único objetivo de obter mais dinheiro do que investiu[...]. A crise imediata é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro. (NETTO; BRAZ, 2013, p.171).

Entre uma crise e outra, decorre o ciclo econômico e nele podem distinguir-se, esquematicamente, quatro

anteriores, e de conter as mobilizações da classe trabalhadora, do exército industrial de reserva e dos movimentos de rua, contra a desassistência do Estado no âmbito social e trabalhista.

Vale salientar que, as crises são inerentes ao modo de produção capitalistas, ou seja, é algo indissociado da existência do mesmo e suas causas¹³ se constituem no entrelaçar das relações sociais inerentes ao modo capitalista de ser. A crise é um processo de restauração e rejuvenescimento do mercado, para a inserção de um novo modelo de produção que permita uma sensação de equilíbrio econômica e restabelecimento, mesmo que momentaneamente do êxito da produção capitalista, ou seja, é um mecanismo de reafirmação do capital.

Assim, entre uma crise e outra, decorre o ciclo econômico com quatro fases “[...] crise, depressão, retomada e auge” (NETTO; BRAZ,2013,p.172). Os autores afirmam que as crises são funcionais ao modo de produção capitalista e constituem mecanismos de perpetuação do capitalismo, portanto, “[...] as crises não têm o dom de conduzir o modo de produção capitalista ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; das crises capitalista só resulta o próprio capitalismo”(NETTO;BRAZ,2013,p.172).

Pois, ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se(move-se) e transformou-se(transforma-se); [...] Mobilidade e transformação constituem o capitalismo, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é sua marca. [...] A história do capitalismo- sua evolução -, portanto, é produto de interações, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento econômico, de inovação tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem classes sociais. Sendo estas alteradas no curso do desenvolvimento do MPC (NETTO; BRAZ ,2013, p 182 - 183).

Após o período de ascensão do fordismo nos países industrializados , o início da década de 1970 foi marcado pelo esgotamento do modelo de produção fordista-Keynesiano, materializando-se pelo colapso do socialismo, da decadência do Estado do Bem- Estar Social e do modelo sócioeconômico fordista.

A reestruturação produtiva é pautado no desenvolvimento da terceira revolução

fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge (ibid, 2013, 172-173).

¹³ As crises: pluricausalidade e função; A anarquia da produção, a queda da taxa de lucro, o subconsumo das massas trabalhadoras (ibid, 2013, 173-174).

industrial, com a microeletrônica com o objetivo de elevar a produtividade do mercado, o lucro.[...] sustentado nas novas políticas de gestão /organização do trabalho fundadas na cultura da qualidade e numa estratégia patronal que visa a cooptar e neutralizar todas as formas de organização e resistência dos trabalhadores. São políticas que por um lado, “incluem” uma elite neste novo padrão que está sendo gestado e, por outro “excluem” - através do desemprego e das formas precárias de contratação/subcontratação. (DRUCK.1999, p.15). É nestas circunstâncias que firma-se e propaga-se a reestruturação produtiva.

Ainda,

O universo da reestruturação produtiva que emerge sob a acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Que [...]se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. [...] A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidos (HARVEY,2007, p.140).

O modelo de produção capitalista empregado para superação da crise do fordismo foi o Toyotismo. Tal cenário ensejou um caminho desafiador para os indivíduos que sobrevivem do labor, pois o toyotismo carrega consigo uma dinâmica de intensificação da precarização. Com um movimento de desmonte de vínculos empregatícios formais, criam trabalhadores polivalentes. Esse movimento de reestruturação produtiva acelera a terceirização, formulam contratos de trabalho flexíveis, criam novos vínculos de trabalho, tais como: trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, bem como o enfraquecimento dos movimentos sindicais e da consciência de classe.

Druck (1999) afirma que, as subcontratações, também chamada de terceirização é, parte integrante e indispensável a este modo de produção, a autora o denomina de “trabalho sujo”, que é preservado como componente da estrutura produtiva da economia japonesa. Sendo uma forma de sustentação do “trabalho limpo”, “participativo”, “qualificado” e “estável” das grandes corporações. A subcontratação aparece como estratégia econômica e política, reduzindo os custos das empresas na medida que institui um amplo

segmento de trabalhadores de distintos vínculos empregatícios, os distanciando de qualquer vínculo de solidariedade entre eles, que porventura possa existir. Desse modo, como consequência as lutas se tornam individuais e não mais coletivas.

O toyotismo visa um padrão de produção enxuta, exigência de um mercado capitalista cada vez mais globalizado¹⁴. Assim sendo, os capitalistas passam a diminuir seu quadro de funcionários, haja visto, que um único trabalhador assume inúmeras funções, diferente do fordismo que os trabalhadores tinham uma função fixa, repetitivo e mecânico nas fábricas.

Os capitalistas se utilizam das prestadoras de serviços para alavancar a economia das grandes fábricas. Este cenário tem como consequências os subempregos com vínculos precarizados, desempregos em massa e há uma desmobilização do movimento dos trabalhadores. Druck (1999) afirma que a “intensificação e a generalização destas práticas de gestão do trabalho desencadearam um rápido processo de terceirização, levando a uma proliferação acentuada de micro e pequenas empresas que [...] reforçam o chamado “mercado informal” de trabalho”. (DRUCK, 1999, p 22.).

Em suma, o Toyotismo é o propulsor da terceirização econômica que se expande para todos os países de regime capitalista, desde os desenvolvidos até aos subdesenvolvidos, ressignificando o trabalhador em um novo ser amplamente flexível, compulsoriamente multifacetado.

Enquanto isso, na realidade brasileira, os traços históricos no remetem a uma colonização marcada pela sujeição, pela escravização dos índios, dos negros e de uma negação da participação popular na política. Uma vez que, o poder de decisão era restrito aos homens de posse - ao patriarcado.

O modo de produção capitalista quando se efetiva nos países da América latina é de forma tardia em comparação aos países precursores do mesmo. No Brasil, especificamente, percebe-se que a morosidade se ramifica na economia, nas relações de classe, na distribuição de benefícios sociais, bem como na inserção dos homens e mulheres no ambiente de trabalho.

¹⁴ Alguns autores sinalizam que a globalização da produção industrial tem por objetivo de parceria com empresas multinacionais, que visem uma maior taxa de lucro, com contratos de trabalho precários e com baixos salários. Na concepção de Harvey (2004) O capitalismo recorre a reorganização geográfica para solucionar as crises. Assim, ele organiza um território que facilite a acumulação do capital (HARVEY, 2004, p.81). A globalização contemporânea caracteriza-se pela intensificação da questão social, um Estado vendido que direciona sua atuação para o fortalecimento do mercado.

Em paralelo a estas mudanças a questão social emerge e suas expressões são sentidas de formas mais intensas pelos homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de um salário. O salário passa a ser o passaporte para viver e sobreviver no mundo do capital. De fato, essas heranças contribuíram para a reprodução e manutenção de um processo precário de trabalho, bem como para a criação dicotômica das classes sociais.

Dessa forma, no Brasil o processo de industrialização se alavancou a partir de 1930, posteriormente com Juscelino Kubitschek, mas o auge da industrialização foi em 1964 com o processo de internacionalização.

No que tange a evolução da acumulação industrial, estava estruturada no mecanismo de superexploração da força de trabalho, com intensas jornadas de trabalho e baixos salários.

Em meados dos anos 1980, com o fim da ditadura militar e a partir da Nova república de Sarney, iniciou-se um processo de avanço tecnológico da produção e conseqüentemente de os primeiros sinais da reestruturação produtiva. Mota(/) sinaliza que o processo de reestruturação produtiva começa ainda durante a década de 1980 com a informatização produtiva, e com os programas de qualidade total e a implantação dos métodos de gestão participativa(MOTA, / ,p.11).

Já nos anos de 1990 o presidente Fernando Collor de Mello foi eleito através da eleições diretas, ao assumir o mandato pós em práticas seus objetivos de governo voltado para o mercado e uma supressão do Estado nos investimentos assistenciais. O seu governo foi marcado pela a exclusão social, precarização das políticas públicas e mercantilização.

Para Baltar apud Krein (2013), há um forte estreitamento do mercado de trabalho nos anos de 1990. O cenário, portanto é propício para a adoção da flexibilização das relações de emprego. Por isso, pode-se afirmar que a própria dinâmica do mercado de trabalho no período foi responsável pela promoção da flexibilização, pois proporcionou a proliferação de formas mais precárias de contratação. (KREIN, 2013, p.79).

Dentre as inúmeras conseqüências acarretadas por essa desestruturação do trabalho formal, a segmentação da classe trabalhadora acarreta um enfraquecimento de uma identidade comum entre os trabalhadores, fazendo com que as lutas coletivas se pulverizem e cedendo lugar a luta por demandas individuais.

Vale destacar, de modo sintético, os fenômenos históricos mais importantes para a compreender o motivo pelo qual o Brasil é dito como país de capitalismo tardio, e para isso, Santos (2012) destaca: “*O caráter conservador da modernização operada pelo capitalismo brasileiro*”¹⁵.

De acordo a mesma, “não há, como negar o caráter incipiente das relações capitalistas, mescladas nas formas pré-capitalistas clássicas como o escravismo e a servidão” (SANTOS, 2012, p. 45). A colonização moderna foi um importante instrumento de acumulação primitiva para o capitalismo através da incorporação de formas pré-capitalistas de exploração do trabalho adaptadas aos objetivos dos capitalistas¹⁶. De modo que, o capitalismo brasileiro é fadado aos resquícios dessa herança colonial, pois:

O sistema colonial [...] é parte substantiva da caracterização do “atraso [...] na medida que responde por traços decisivos da estruturação das classes sociais, de suas atividades econômicas e universo cultural [...] o padrão produtivo daí herdado: o latifúndio de monocultura extensiva tendo em vista a exportação, que permaneceu inalterado e, durante boa parte da nossa história, hegemônico dando o tom do lugar que o Brasil iria ocupar na divisão internacional do trabalho capitalista (PRADO JUNIOR, 2004, apud, Santos).

Evidencia-se, pois um dos motivos pelo qual o Brasil teve uma expansão retardatária, porque era considerado para a metrópole portuguesa um produtor de insumos para a exportação e enriquecimento da mesma. E, por isso, não havia inicialmente um interesse em modificar tal cenário, uma vez que por um longo período demonstrou-se economicamente rentável principalmente após o advento do imperialismo. Não obstante,

[...] o sistema colonial também responde pela hereditariedade do padrão produtivo de latifúndio da monocultura extensiva visando a exportação e pela estruturação das classes sociais, de suas atividades econômicas e do universo cultural (SANTOS, 2012, p.64).

Ainda nas palavras de Santos (2012) “[...] O desenvolvimento do capitalismo

¹⁵ grifo da autora

¹⁶ [...] A produção colonial, quer dizer produção mercantil complementar, produção de produtos agrícolas coloniais e de metais preciosos (Cardoso de Mello, 1994, p 38-39, apud SANTOS).

brasileiro, operado no quadro do capitalismo dos monopólios, continuou limitado por mecanismos protecionistas de acesso à tecnologia por parte dos países cêntricos, o que não permitiu qualquer aversão no lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho.¹⁷ “Cabe salientar que, mesmo após a efetivação da industrialização pesada no cenário econômico brasileiro, não operou mudanças significativas na estrutura fundiária e no seio da agroindústria”.

Convém rememorar que nesse período já se havia um Estado intervencionista Colaborador da burguesia, com isso, o apoio concedido pelo Estado não estava atrelado a exigência de investimento em “pesquisa e desenvolvimentos que possibilitasse a autonomia tecnológica ao médio - longo prazo do país “e nem tão pouco, em mecanismos que amenizassem as expressões da questão social. O Estado Brasileiro se utilizava de sua legitimidade para aclamar a exclusão e para efetivar estratégias de coerção a classe trabalhadora.

O segundo fenômeno *diz respeito* aos processos de “*Revolução Passiva*”, onde Santos (2012) utiliza-se da concepção de Gramsci sobre “revolução passiva” para explicar que a materialização do capitalismo tardio está para além do progresso e sucesso financeiro do país. Desse modo, a raiz do capitalismo é a mesma da questão social, fenômenos univitelinos que se apoiam no Estado - organismo que possui a legitimação do uso coercitivo da força, para reprimir as mobilizações e\ou revoluções de todos os indivíduos que se manifestem contra o sistema político e econômico vigente.

Todavia, "as revoluções são obras de sujeitos sociais e da sua percepção do que seria intolerável. É certo que, sem crise econômica, qualquer possibilidade de transformação social pelo impulso da mobilização de massas pareceria estar descartada". (ARCARY, 2004, p. 148).

O Estado prevendo que os mecanismos de coerção não teria uma eficácia plena sobre os homens e mulheres, o mesmo se antecipou e reuniu as demandas dos indivíduos em formas de políticas sociais. Assim, tais políticas não são “concedidas” para a emancipação da classe trabalhadora, mas como um mecanismo de desmobilização/despolitização. A revolução passiva à brasileira é evidenciada no

¹⁷ O momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial. Isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária (Mello, 1994, p98-apud SANTOS)

movimento populista iniciado em 1922, bem como no período Getulista, na ditadura em 1937, dentre outros momentos históricos. “Nesse sentido, é que as recorrentes estratégias do Estado, dominado por essas classes no período correspondente ao populismo, de estabelecer direitos “pelo alto”, têm o explícito objetivo de dissociá-los do protagonismo das classes subalternas e suas lutas. (Santos, 2013, p.81)

Por fim, *A centralidade da ação estatal para a constituição do capitalismo brasileiro;*¹⁸

A forma que o liberalismo se configura no Brasil se distancia do modelo clássico adotados nos países centrais, onde pregavam o afastamento do Estado dos privilégios instituídos pela sociedade estamental. O liberalismo clássico advoga no princípio da “mão invisível do mercado”. Já no Brasil, não houve um divórcio entre a burguesia e o Estado, a ideologia do liberalismo pautava-se no fortalecimento do Estado - este tinha uma postura intervencionista no âmbito econômico e paternalista nas políticas sociais. Isso leva a entender que “embora o transformismo se exerça em nome dos interesses da burguesia, o ator que efetivamente o protagonizou no caso brasileiro sempre foi o Estado. Este Estado é denominado por Sodré (1996), como um liberalismo “transplantado”, que conduziu os projetos nacionalistas a solução de compromisso típicas da modernização conservadora”¹⁹.

De acordo com Joseane Soares (2012):

Esse liberalismo “de conveniência” tem, portanto, no fortalecimento do Estado a contrapartida que caberia à burguesia protagonizar. Com isso o espaço público foi sendo historicamente “privatizado”, já que os interesses burgueses no Brasil nunca chegaram a se instituir como expressão de “interesses universais”. Sobretudo, foi apoiando-se na força que emana do Estado que as classes dominantes forjam as estruturas especificamente capitalistas, do ponto de vista das relações de produção (p87,1,2).

Portanto, a presença do Estado no Brasil é historicamente decisiva para a constituição do capitalismo. Assim,

¹⁸ A intervenção estatal na economia agroexportadora capitalista, que sustentou o latifúndio com medidas protecionistas, [...] também no momento decisivo da industrialização no Brasil - entre os anos 1950 e 1980- é indubitável a centralidade da ação estatal, gerando o fenômeno denominado “ Estado Desenvolvimentista” (Fiore 1995; Machado 2002 apud p,125-4). E em 1964 e na segunda Revolução Industrial o Estado tinha um caráter público, subordinado a interesses privados das várias frações burguesas (SANTOS, 2013, p127,).

¹⁹ “A ligação do Estado com o liberalismo só foi determinante e relativamente profunda no nível em que ele servia para legitimar a burocratização da dominação patrimonialista e, em consequência, o tipo de democratização do poder político que ela envolvia” (FERNANDES, 2006, p. 107).

[...] na base da “opção” pela agenda neoliberal nos anos 1990, e a entusiasta “onda” de privatizações de investimentos econômicos estatais, encontra-se a expectativa de setores da burguesia nacional, interessados na apropriação privada das possibilidades de valorização desses capitais, consideravelmente consolidados. Ainda que apareça na condição de sóciominoritária dos grandes grupos imperialistas que, adquiriram as mais significativas empresas privatizadas, a burguesia atenua, com isso, a perda de antigos espaços de valorização dados por mecanismos protecionistas típicos do Estado (SANTOS, 2012, p.6).

Conforme o exposto, vemos que a burguesia vê na privatização dos espaços públicos uma forma de materializar o seu potencial econômico e ideológico, uma vez que não assumiu o protagonismo do liberalismo.

No horizonte destes três fenômenos que observamos a forma pela qual o padrão de regulação do trabalho no Brasil se constituiu, nos levando a compreender que o título dado ao mesmo, versa o viés particularmente histórico de uma colonização de exploração, formação das classes sociais germinadas sob a mácula herdada da escravização dos índios e negros e de um Estado complacente com os vícios da burguesia, que reflete substancialmente na atual conjuntura do país, a exemplo da sequência de retrocessos, desde a materialização de um mercado de trabalho com vínculos terceirizados e precários, do desmantelamento da CLT, da política de educação, do Sistema Único de Saúde, até um movimento de destruição da previdência social.

Diante disso Vargas, em seu mandato, implantou uma gestão de governo paternalista, intervencionista, pautadas em avanços de direitos sociais e trabalhistas, mas em contrapartida regia com mãos de ferro qualquer manifestação da população contra os seus ideais, pois, para “[..] atrair a massa trabalhadora, foi preciso reprimir brutalmente as lideranças operárias e sindicais de esquerda. (ANTUNES, 2013, p.501). Por isso, o plano foi criar um mecanismo de cooptação dos sindicatos com o objetivo de enfraquecer os movimentos dos trabalhadores.

Os Sindicatos passam a ser atrelados ao Estado, que utilizando deste mecanismo de legitimação da classe trabalhadora converte-se em instrumento de opressão. “Os sindicatos pelegos” tinham como foco, refrear a sua própria categoria profissional.

De fato,

Vargas ao decretar sua legislação sindical, forçou a filiação dos

trabalhadores ao sindicato oficial, desestruturando desse modo o sindicalismo autônomo existente no período de 1930. Essa modalidade de sindicato de Estado tornou-se um órgão assistencialista, com centros de saúde, serviços, advogados, lazer etc., uma vez que era proibido o exercício da luta de classe. Com a criação do imposto sindical, ao final da década e da lei de enquadramento sindical, ao final da década de 1930, consolidou-se fortemente o domínio do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. (SANTOS, 2012, p. 502).

Os avanços sociais e trabalhistas legitimados por Getúlio Vargas foram gestados no seio das intensas lutas populares. Visto que "os trabalhadores lutavam décadas por direitos sociais, como férias, redução de jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, o fez como se concedesse uma dádiva aos trabalhadores, como se representasse um status bem benfeitor."(SANTOS,2012,p.502,4). Por isso, a denominação tão bem conhecida de "pai dos pobres e mãe dos ricos"²⁰. Esta linha política de ação defendida por Vargas garantiu apoio de uma parcela da classe trabalhadora. Porque, quem vai se rebelar contra quem te estendi as mãos?

Nesse período, a questão social não era mais "vista como caso de polícia, mas sim, como caso de política", portanto, ao tratá-la como questão social, converteu o trabalho em mercadoria e sujeito, parte da vida nacional. Além disso, como resultado das pautas de mobilizações trabalhistas e sociais atendidas pelo Estado, os indivíduos foram promovidos legalmente de delinquentes a mercadoria. Já na década de 90 temos refletido um cenário de neoliberalismo, de reestruturação produtiva, intensas flexibilização da legislação trabalhista e precarização do trabalho. Ricardo Antunes (2013):

A reestruturação produtiva no Brasil se materializou no ano de 1990 por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, do processo de qualidade total, das formas de contratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de unidades produtivas (ANTUNES, 2013, p.60).

O toyotismo sinalizou um processo simbiótico com o fordismo, pois quando o toyotismo se estruturou como o novo modo de produção, as práticas do fordismo²¹ não se

²⁰ Assim, se desenvolveu o trabalhismo Varguista, articulando dádiva, manipulação e repressão (ANTUNES, 2006, p.502).

²¹ Ver o "fordismo à brasileira" (SANTOS, 2013, p.230).

extinguiu por completo. Portanto, houve mudanças no âmbito do trabalho, pautando-se na flexibilização e precarização do mesmo. O interesse do capital é a busca incessante pela valorização do mercado, pela produção de lucro, com uma política de negação e desmantelamento dos contratos de empregos formais. Nas palavras de Druck (1999):

O capital leva até às últimas consequências o fim único de fazer mais dinheiro do dinheiro, não tendo mais tendo como meio principal a produção em massa de mercadorias, mas sim a especulação financeira ,pautada na volatilidade , na efemeridade, no curtíssimo prazo , sem estabelecer laços ou vínculos com lugar nenhum, sem compromisso de nenhum tipo a não ser com o jogo do mercado (financeiro em primeiro lugar)pautado numa desmedida concorrência internacional que não aceita qualquer tipo de regulação.(DRUCK, 1999, p.43).

Há uma mutação retrógrada no modo de produzir trabalho, esta mutação resultou em trabalhadores com multifunções. Essas multifunções, que são representadas através de homens e mulheres polivalentes que assumem diversas funções em um único cargo profissional para suprir a ausências de funcionários demitidos. Vale ressaltar que, a intensificação do trabalho não acompanhava um aumento da remuneração e nem tampouco de proteção trabalhistas plena. Além disso, germina no interior das empresas um caráter de competição entre os colegas de emprego transitando na sociabilidade das partes. Os trabalhadores passam a não se perceberem como membros de um só organismo, da classe que vive do trabalho. O trabalhador passa a se reconhecer como um integrante da empresa, e se opõe às mobilizações da sua própria categoria – caráter alienante do capital.

De modo que, a política do pleno emprego disseminada no fordismo clássico, nos países que tiveram um estado de Bem-Estar social, e que de certa forma não se consolidou no Brasil, pois teve um cenário adverso.

Passa a imperar a perda do emprego ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego, criando uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalhos precários, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos tornando-os vulneráveis e sob uma condição social fragilizada.

Por compreender que a precarização e a flexibilização do trabalho são questões relacionais e indissociáveis do processo de reestruturação produtiva que caracteriza esta

nova fase do capitalismo em curso. Sinalizaremos a tipologia da precarização elaborada por Franco e Druck (2009) para elencar alguns indicadores da precarização no Brasil, e em seguida vamos citar seis questões relevantes que denotam o caráter flexível do mercado de trabalho, à luz dos escritos de Krein (2013).

O primeiro tipo da precarização do trabalho é a *Vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdade social*, que compreende as formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho hegemônico, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contrato) precários, sem proteção social.

A segunda diz respeito a intensificação do trabalho e terceirização, ou seja aos [...] padrões de gestão e organização do trabalho - o que tem levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc.) Sustentada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização, que tem se propagado de forma epidêmica.

O terceiro tipo de precarização social corresponde a *insegurança e saúde do trabalhador que é* [...] Referente a (in)segurança e saúde no trabalho - resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre os riscos[...]na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas.

O quarto tipo de precarização social enfatiza a *perda das identidades individual e coletiva que* [...] Tem suas raízes nas condições de desemprego e na ameaça permanente da perda do emprego, que tem se constituído numa eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. [...] A que se refere Castel (1998) (apud graça),[...] a perda das identidades individual e coletiva, fruto da desvalorização simbólica e real, que condena cada trabalhador a ser o único responsável por sua empregabilidade, deixando-o subjugado à “ditadura do sucesso” em condições extremamente adversas criadas pelo capitalismo flexível (APPAY, 2005 apud DRUCK, p.50).

E por último, mais não menos importante, *a condenação e o descarte do Direito do trabalho que* tem orquestrado e decretado uma “crise do Direito do Trabalho”, questionando a sua tradição e existência, o que se expressa no ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos “princípios” liberais de defesa da flexibilização.

Tais premissas confirmam que o capitalismo aniquilou o sentido natural do trabalho, levando-o cativo a uma mercantilização. “O hino dos capitalistas é *flexibilizem!* Mas se recusam a dizer *flexibilizo!*”

Não somos ingênuos em imaginar uma contração dos ditames do mercado e nem uma confissão sobre as consequências do modelo de produção capitalista. No entanto, não podemos negar que em meio a este cenário há quem milita em defesa das efetivações da Legislação Trabalhista e de políticas sociais, visando talvez, a perspectiva de frear os avanços das irregularidades e superação do modelo econômico contemporâneo - de financeirização do capital.

No que tange à flexibilização das relações de trabalho Krein (2013), enfatiza que há quem comunguem com o caráter da mesma, ou seja é defendida por alguns estudiosos conservadores, por entidades de empregadores, por algumas organizações de trabalhadores e pelo governo como solução para o crescente problema do desemprego. Ao permitir às empresas fazerem ajustes na perspectiva de reduzir custos e, conseqüentemente, obter maior produtividade e competitividade num ambiente econômico de exposição à concorrência - com valorização cambial e abertura indiscriminada - , de baixo e instável crescimento sob a hegemonia do capital financeiro.

Mas em contraposição a este argumento vemos que os reais reflexos do capitalismo sobre os trabalhadores é de intensificação da questão social, de vínculos informais e precários de empregos e de um movimento contrário a efetividade da legislação trabalhista. Nos fazendo afirmar a inegável essência destrutiva desse modelo de produção.

Pois, de acordo com Ricardo Antunes(2013) :

“A flexibilização²² está geralmente ligada à autoritária legislação antitrabalhista”. A verdadeiras preocupações das personificações do capital é promover a “flexibilidade do trabalho” e combater todas as formas possíveis dos “mercados rígidos de trabalho” (ANTUNES, p.34).

As transformações decorrentes deste processo foram legitimadas legalmente pelo

²² Flexibilização está sendo entendida como; Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, sem aviso prévio, quando a produção necessite; Faculdade das empresas de pagar salários reais mais baixos do que a paridade do trabalho; Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário (ANTUNES, 2013, p. 45 - 46).

Estado, no momento em que modificou a legislação trabalhista “instituída no ano de 1930 com a supressão da Lei da Estabilidade. Esta lei garantia uma maior rigidez contratual nas relações de trabalho e diminuía consideravelmente as possibilidades de mobilidade das empresas na dinâmica econômica. Mas, com a sua extinção os empregadores intensificaram a flexibilidade e a precariedade do regime de trabalho no Brasil. Logo, possibilitou aos empregadores uma ampla margem para a redução de custos com o fator trabalho. Pois, o detalhamento de direitos e deveres de empregados e empregadores, estabelecidos legalmente, não garante estabilidade no emprego e acaba por ter pouca validade diante da alta rotatividade dos trabalhadores em seus vínculos.” (SANTOS, 2012, p.73)

Apesar de o Brasil possuir uma ampla legislação trabalhista, o caráter protetivo e emancipatório que se faz no seio da mesma, perdi a legitimidade quando são desconsideradas e descumpridas pelos empregadores. De acordo com Krein (2013), seis questões pode evidenciar o caráter flexível do mercado de trabalho brasileiro, sendo eles:

1) as características estruturais do mercado de trabalho;2)a efetividade dos direitos, ou seja, a possibilidade de ajustes por parte do empregador por meio do descumprimento da legislação, constituindo uma forma de flexibilidade;3)o sistema de controle e burocratização da organização sindical e da negociação coletiva[...];4) a seletividade dos abrangidos pela proteção social[...];5)as opções políticas ,em determinados momentos históricos, inviabilizando o avanço da regulação social;6)as restrições colocadas pela legislação ,não inibindo a liberdade dos empregadores para determinar a alocação, contratação e a remuneração do trabalho[...] (KREIN, 2013, p. 15).

Portanto, concluímos que o trabalho em sua essência “envaidece, enobrece, democratiza, socializa e o seu inverso - o emprego, definitivamente “aborrece, entristece, capitaliza, mecaniza e escraviza”. Essas características são intrínsecas ao modo de produção capitalista, o desemprego, a flexibilização e precarização se perpetua como tática de um governo neoliberal que visa o progresso econômico. Nesse sentido, apesar da constitucionalização da legislação trabalhista brasileira “da formatação de várias instituições públicas direcionadas à fiscalização do trabalho, do reconhecimento formal dos sindicatos e do seu poder de negociação, os empregadores sempre tiveram liberdade para fazer ajustes nos elementos centrais da relação de emprego (KREIN, 2013, p. 20).

Os empregadores violam o texto legal instituído pela legislação trabalhista, suponhamos que acreditem, que a justiça do trabalho não é agiu suficiente nos cumprimentos das punições e fiscalização das empresas. Na maioria das vezes os empregados aceitam as irregularidades dos empregadores com o receio de ficarem desempregados, e serem mais um na fila do exército industrial de reserva.

3. A QUESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

3.1 A saúde no Brasil: do SUS aos processos de privatização e redução dos direitos.

Os agravos da saúde no Brasil colônia, eram compreendidas sob a lógica liberal e filantrópica, não havia uma correlação entre as causas das enfermidades com a dinâmica social . Conforme com Bravo (2013), a prática médica neste período eram baseadas nos conhecimentos tradicionais e não científicos, e cabia às Santas Casas de Misericórdia prestar atendimento a população pobre.

A partir do século XIX, diante das modificações no cenário político e econômico, emerge no âmbito da saúde pública práticas interventivas denominadas de medicina social. Tendo como principais características a vigilância do exercício profissional e apoio científico indispensável ao exercício do poder do Estado.

Em contrapartida, emergiram as primeiras associações mutuárias, que tinham como objetivos as ações assistenciais: serviços médico-farmacêutico, auxílio em caso de enfermidade, invalidez, velhice e funerais, que traduziram um primeiro movimento popular de solidariedade efetiva. (BRAVO, 2013, p.114).

No que concerne às ações combativas dos movimentos operários em meio a pauperização e as péssimas condições laborais, a saúde passa a ser pauta de reivindicação da classe trabalhadora.

Algumas das associações mutuárias com o passar do tempo, rejeitaram a mera finalidades de ações assistencialistas, passando a assumir um caráter questionador frente ao cenário degradante do ambiente laboral. Por conseguinte, os membros destas associações pleiteavam um sistema de proteção à saúde dos trabalhadores. Conforme Bravo (2013), os trabalhadores começaram a lutar contra o sistema desigual de saúde

sendo influenciados por três recorrentes de pensamento: o trabalhismo, o socialismo reformista e o anarquismo. A primeira corrente reivindicava ao Estado a assistência médica ,a construção de hospitais e adoções de medidas previdenciárias para a melhoria da saúde dos trabalhadores .Já o socialismo reformista era composto por intelectuais e suas contribuições centraram na construção do conhecimento filosófico.

O anarquismo tinha como linha ideológica o anarcossindicalismo, estes via nas más condições sociais a causa das doenças dos trabalhadores e reivindicavam melhores condições de trabalho e vida [...] Negavam o Estado, propondo mudanças profundas no sistema social. Repudiam o cooperativismo, o mutualismo e as sociedades beneficentes (forma comumente usadas pelos sindicatos e associações de orientação trabalhista)por desvincularem os sindicatos de sua finalidade de resistência e serem consideradas soluções paliativas e amortecedoras dos problemas sociais.”(PAIM, /, p.116).

Diante destas três perspectivas as que tiveram uma maior repercussão no interior dos movimentos operários foram a “trabalhista” e o “anarcossindicalistas”, ambos comungavam em defesa da diminuição da jornada de trabalho, pois compreendiam que dessa forma haveria uma redução dos agravos na saúde dos operários. No entanto, existem particularidades que os distanciam, o Anarcossindicalista defende ações mais drásticas para enfrentar o Estado e os capitalistas, pois “recusava a lei, negava o Estado e seus representantes, pregavam o confronto direto entre os operários e patrões. Já, o trabalhista “invocava o direito, a lei, a ética ,a consciência humanitária dos representantes do capital “(PAIM, / , p.116).

Logo, podemos compreender que partir dessas configurações sociais, afloraram os movimentos de luta para a melhoria das condições laborais dos operários, tendo como resultado alguns avanços que se materializam ao longo do tempo.

A regulação\intervenção estatal ocorre e intensifica-se, principalmente devido ao agravamento da questão social - que se expressam em suas refrações (Netto, 1992), no momento que os indivíduos conseguem por meio das suas reivindicações externalizar suas pautas no cenário público. Diante da lógica do capital, como exposto por lamamoto e Carvalho (2011), às respostas à questão social sofrem alterações significativas ao longo

da história,

Historicamente passasse da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011,p.85).

Nesta ótica o Estado capitalista, de viés liberal, encarava a questão social no final do século XIX ,como assinala Behring e Boschetti (2011), por meio de ações repressivas e apenas incorporou algumas das demandas da classe trabalhadora , transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores através de ações sociais planejadas, sistematizadas e em caráter de obrigatoriedade, sem atingir portanto, o cerne da questão social.

Desse modo, podemos compreender que as primeiras iniciativas sociais de cunho estatal, se entrelaçam como continuidade do Estado liberal e Estado Social capitalista do século XX. [...] O século XX é onde o capitalismo se torna monopolista e a burguesia de classe revolucionária se transmuta em reacionária. O conservadorismo penetra [...] na saúde pela reificação do biológico na explicação do processo saúde - doença. As lutas dos trabalhadores por reivindicações econômicas que redundaram em reformas dos mecanismo de gestão da luta de classes acabaram por fazer emergir a Previdência Social e sua universalidade como Seguridade Social.(BRAVO,2013, p.33)

Tão logo, em ação da Constituição Federal Brasileira, emerge a primeira experiência de reconhecimento universal de direitos sociais inerentes a cidadania no Brasil. Vale salienta que, antes o Estado oferecia apenas o tratamento à saúde para os trabalhadores com carteira assinada, e os que não se enquadrassem nesta categoria e necessitassem de assistência médica deveriam pagar diretamente pela mesma, ou ser atendido em instituições filantrópicas.

Todavia, com a constituição de 1988, torna-se possível devido aos embates travados pelos movimentos sociais, trabalhadores, profissionais de saúde com o movimento da

reforma sanitária, etc., que foram às ruas em torno de um objetivo - a democratização do acesso aos direitos sociais.

O processo de implantação do Sistema Único de Saúde - SUS se materializa no centro dessas mobilizações, mas especificamente na 8ª Conferência Nacional de Saúde, onde seus pilares foram erguidos e hoje está materializado no Art. 198 da própria constituição de 1988, que versa:

[...] ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Porém o SUS só foi regulamentado no ano de 1990, com as Leis Orgânicas da Saúde 8080/1990 e a Lei.8142/1990.

1988 com a promulgação da Leis Orgânicas da Saúde reconhece o conceito de saúde de forma ampliada e aponta como fatores determinantes e condicionantes a alimentação, moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais,[...] , de forma que os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país. A partir desta Lei a saúde passa a ser encarada como Política Pública.(LOPES;WERNECK, crioula,2007,p.9)

No que tange a Lei 8142/1990, esta “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.”(BRASIL, 2017).

Como sinaliza Paim (2009) a evolução da política de saúde, foi fortemente influenciada pelas políticas neoliberais. O Estado sucateia e reduz os recursos destinados aos investimentos das políticas sociais, ao passo que se instaurar uma suposta falência dos mecanismos de assistência à população, sendo este mecanismo utilizado para justificar as transferências das demandas sociais para a

iniciativa privada.

Diante disso podemos perceber que a contrarreforma do Estado é a comprovação do seu apoio ao capital em detrimento das políticas sociais, que resulta na intensificação da pobreza, da precarização do trabalho, desemprego, sucateamento da saúde e da previdência.

De acordo com Bravo (2013), [...] o Plano Diretor considera que há [...] a necessidade de superação de um estilo de administração pública burocrática, a favor de um modelo gerencial que tem como principais características a descentralização, a eficiência, o controle dos resultados, a redução dos custos e a produtividade. [...] o referido plano propôs como principal inovação a criação de uma esfera pública não estatal que, embora exercendo funções públicas, devem fazê-lo obedecendo às leis do mercado (BRAVO apud PEREIRA, 1995).

Portanto, é perceptível um processo de retração no avanço do SUS, e uma negação dos princípios de universalidade, descentralização e integralidade. Esse processo contribui para que a privatização se instale, se ramifique de diferentes formas, que irão causar uma devastadora consequência ao longo do tempo. A privatização ora assume um caráter evidente e em outros momentos camufla – ficando assim, imperceptível a população.

De fato, temos como exemplo nos [...] serviços de saúde que, embora tenham adotado o SUS, considerado um dos mais avançados do mundo, incorporou a flexibilização de sua gestão, através da adoção da terceirização. (DRUCK, 2015, Blog Boitempo).

3.2. Os hospitais universitários e o processo de precarização na saúde

A partir de 1995, sob o mandato de Fernando Henrique Cardoso, com o regime de políticas neoliberais há um avanço das terceirizações com o apoio do Ministério da Saúde (ME) e o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. Este mesmo governo instituiu a Lei nº 12.550. Esta lei visa à

implementação e viabilização das Políticas Sociais por meio de Contratos de Gestão com o poder público, qualificando “como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde” (art. 1º, lei 9.637/98).

Com isso, amplia-se cada vez mais o espaço da terceirização, nos anos seguintes um avalanche de instrumentos legais que comungam pelos mesmo objetivos que foram instituídos nos governos de:

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2007, foi perceptível uma perpetuação dos rigores privatistas com a aprovação do Projeto de Lei nº 92/2007 que cria as Fundações Estatais de Direito Privado. Esse projeto objetiva, por meio de contratos de gestão e repasse de recursos públicos ao setor privado, permite uma autonomia gerencial, financeira para as fundações desenvolverem ações nas áreas de educação, assistência social, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura, desporto, comunicação social, entre outras.

Ainda sob o seu governo Lula, no dia 31 de dezembro de 2011, foi criada uma Medida Provisória nº 520, que autoriza o poder executivo a criar a Empresa de Serviços Hospitalares - EBSEH, que versa a reestruturar os Hospitais Universitários Federais vinculado ao Ministério da Educação.

Entretanto, foi no governo de Dilma Roussef que se aprovou a Lei nº 12.550. Esta lei autoriza “o poder executivo a criar a EBSEH como empresa na estrutura do Estado, de natureza privada e sob a forma de sociedade anônima, para prestação de serviços públicos de educação e saúde constitucionalmente definidos como universais e gratuitos” (BRASIL, 2017, s/n).

A justificativa para a criação desse programa era sanar a crise dos hospitais universitários, considerados sucateados em termos de equipamentos e tecnologia e, principalmente, pela falta de funcionários. (DRUCK, 2016, p.34).

A EBSEH está responsável pela gestão 37 hospitais universitários federais, no total são 50 HUs existente no Brasil. Vale ressaltar, que a implementação desses novos

modelos de gestão ferem os princípios constitucionais que norteiam o SUS, por se basearem pelos seguintes parâmetros:

a) A quebra da cobertura universal dos serviços de saúde a todos os cidadãos brasileiros e o direito ao atendimento integral, estes passam a ser focalizados nos setores mais pauperizados da população, baseando-se na seletividade em detrimento da universalidade. Além do mais, prioriza-se a atenção básica, passando a realização da atenção especializada ao setor privado. b) Flexibilização da gestão, privatizando e terceirizando os serviços de saúde à medida que prevê a transferência da gestão do SUS e de recursos públicos para esses novos modelos de gestão. Desse processo resulta a precarização dos serviços de saúde e das formas de contratação dos profissionais da área. c) O encolhimento do setor estatal na prestação dos serviços públicos de saúde atrelado a ampliação do protagonismo do setor privado na prestação desses serviços (CORREIA, 2007 apud MATIAS ; LINS, 2013).

No Brasil os Hospitais Universitários têm por finalidade exercer o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio da assistência à saúde. Os HUs são subordinados a gestão da Universidade Federal ao qual está vincula no Ministério da Educação e Cultura - MEC e ao Ministério da Saúde.

A efetivação dos serviços de saúde através dos HUs à população, possibilita benefícios tanto para os profissionais como para os usuários, pois possibilita o aprimoramento das técnicas de saúde e o aprimoramento dos profissionais das áreas de saúde. E por consequência, possibilita a concretização dos padrões do Sistema Único de Saúde - SUS.

A partir da década de 1990, os HUFs inserem - se na rede de saúde pública e passam a ser remunerados pelo Ministério da Saúde.

A aliança entre o SUS e os HUFs está prevista no artigo 45 da Lei Orgânica da Saúde - LOS.

Art. 45. Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão nos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados (Brasil, 2017, s/n).

Atualmente o cenário que se apresenta os hospitais universitários, mas

especificamente os que estão aqui estudados apresentam um cenário de intensa turbulência, tais como: redução no quadro dos funcionários devido a falta de concurso com vínculos RJU, diversidade de vínculos trabalhistas que aumenta a rotatividade dos funcionários, a desresponsabilização do Estado frente às políticas, a redução dos serviços prestados aos usuários, além de uma estrutura hospitalar precarizada. E como solução para esses entraves o Estado optou-se em sucumbir o SUS a lógica do capital.

Diante desse cenário de mercantilização da saúde faz-se necessário compreender a atuação do Serviço Social neste espaço ocupacional. Com isso, as novas contradições são criadas com a contrarreforma na saúde, que tentam não viabilizar o SUS constitucional, acarretando, no cotidiano dos serviços, diferentes questões operativas como: a demora no atendimento, precariedade dos recursos, burocratização, ênfase na assistência médica curativa, problemas com a qualidade e quantidade de atendimento e não atendimento aos usuários.

De acordo com Martinelle (2011), o projeto sanitarista e o projeto privatista continua em disputa, o atual governo ora fortalece o primeiro projeto, ora mantém a focalização e o desfinanciamento, característicos do segundo. No entanto, há uma ênfase maior no projeto privatista (MARTINELLE, 2011, p.499).

Ainda de acordo com a mesma autora, compreende-se que cabe ao Serviço Social – numa ação necessariamente articulada com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde, atentando que o trabalho do assistente social que queira ter como norte o projeto-ético político profissional tem de, necessariamente, estar articulado ao projeto da reforma sanitária (MARTINELLE apud, BRAVO; MATOS, 2004).

Portanto o Código de Ética da profissão apresenta ferramentas imprescindíveis para o trabalho dos assistentes sociais na saúde em todas as suas dimensões: na prestação de serviços diretos à população, no planejamento, na assessoria, na gestão e na mobilização e participação social. Assim, pensar e realizar uma atuação competente e crítica do Serviço Social na área da saúde consiste em:

- estar articulado e sintonizado ao movimento dos trabalhadores e de

usuários que lutam pela real efetivação do SUS;

- conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários, bem como os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença;
- buscar a necessária atuação em equipe, tendo em vista a interdisciplinaridade da atenção em saúde;
- estimular a intersetorialidade, tendo em vista realizar ações que fortaleçam a articulação entre as políticas de seguridade social, superando a fragmentação dos serviços e do atendimento às necessidades sociais;
- tentar construir e/ou efetivar, conjuntamente com outros trabalhadores da saúde, espaços nas unidades que garantam a participação popular e dos trabalhadores de saúde nas decisões a serem tomadas;
- efetivar assessoria aos movimentos sociais e/ou aos conselhos a fim de potencializar a participação dos sujeitos. etc.

IV. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS EM SALVADOR

4.1 As escolhas metodológicas do trabalho

As escolhas metodológicas desta monografia foram construídas a partir de minha integração ao grupo de pesquisa denominado de: Grupo de pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social desta universidade vinculado ao - CNPq, no qual estou como bolsista voluntária. O objetivo deste grupo de pesquisa em sua fase inicial é identificar os espaços sócio-ocupacionais existentes para os Assistentes Sociais em Salvador, sobretudo nas seguintes áreas: saúde, previdência, assistência, educação, sócio-jurídica, política urbana, terceiro setor. Pretende-se também, indicar a quantidade aproximada de profissionais existentes em cada uma dessas áreas.

A segunda fase será composta de uma pesquisa de campo, de natureza quanti-qualitativa. Inicialmente, será utilizado, como instrumento, um formulário autoaplicável, com questões fechadas. Para tal, contaremos com a parceria do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 5ª Região do estado da Bahia o qual divulgará a pesquisa, bem como disponibilizará o formulário on-line em sua página na internet.

No entanto, vale ressaltar que, esta monografia intitulada como: Os reflexos da privatização dos Hospitais Universitários no processo de precarização do trabalho das Assistentes Sociais na Saúde. Limita-se ao estudo do espaço sócio-ocupacional das

Assistentes Sociais no âmbito da saúde, mas especificamente nos HUs de Salvador-BA.

Sabe-se que a para compreender o objeto da pesquisa e suas dinâmicas com a sociedade a qual está inserido, é de suma relevância que o investigador se utilize do rigor teóricos e metodológicos no intuito de assegurar uma postura ética diante das coletas, interpretação e divulgação dos dados, pois quando o investigador abstêm-se deste rigor, fantasiando e burlando os resultados a sua vontade, notadamente, o mesmo elimina qualquer possibilidade de contribuição no debate para o avanço do conhecimento.

Assim, na visão de HAGUETTE (1992), as técnicas metodológicas adotadas pelos pesquisadores não são isentas de preconceitos sobre o determinado objeto a ser estudado, pois as metodologias são escolhidas mediante a forma que o pesquisador deseja analisar o problema. A autora ainda sinaliza que pesquisa não se fundamenta pela instrumentalização mecânica da realidade. Conforme Haguette (1992):

[...] Pesquisar é sempre tematizar o real, dentro de uma dialética do sujeito e do objeto, com a ajuda de métodos e técnicas que permitem uma mais completa aproximação de um real inesgotável e móvel, já que se modifica constantemente através da interação. (HAGUETTE, 1992, p.392).

Assim, em concordância com Minayo (1994), a pesquisa alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo (MINAYO, 1994, p.17). Nota-se desse modo, que a pesquisa se materializa com bases nas objetivações do cotidiano dos indivíduos e portanto, “[...] essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre.” (Ibidem, 1994, p15).

Adotamos como metodologia a pesquisa qualitativa, pois “[...] ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado,” (MINAYO, 1994, p.22), uma vez que a diferença entre quantitativo e qualitativo está na essência de ambos. A mesma autora ainda sinaliza que os,

[..] cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. Porém [...] ambos não se opõem, ao contrário, se

complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Ibidem,1994,p 22).

Com isso, nos permite afirmar que apesar dos intensos debates de cunho positivista, questionando o rigor entre uma pesquisa qualitativa e quantitativa, Minayo (2001) bem demonstrou que não faz sentido este questionamento. Uma vez que, para ambos métodos não se distanciam, mas se integram.

E foi diante desse pressuposto que aderimos as seguintes técnicas de coletas de dados:

- Pesquisa de campo, com um roteiro de entrevista semiestruturado (em anexo);
- Levantamento de obras bibliográficas acerca da temática estudada;
- Levantamos de notícias e artigos na imprensa online sobre a gestão da EBSEH nos HUs;
- Análise dos dados;

Mas, para adentrarmos na pesquisa de campo, inicialmente fizemos um levantamento das relações dos Hospitais Universitários federais da Bahia que aderiram a gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Focalizamos na Região Nordeste e delimitação para as unidades do território de Salvador.

Os dois únicos HUs Federais do território de identidade metropolitana foram identificados por duas letras gregas: 1º Instituição Alfa ; 2º Instituição Beta

Já no que concerne a entrevista, LAKATO (2003) afirma que, “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.”(LAKATOS,2003,p.195). Para isso foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado que abordou: a trajetória acadêmica e profissional das entrevistadas, as condições de trabalho, bem como a participação pública. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas como sinalizaremos adiante.

Os materiais online (sítios eletrônicos) foram coletados artigos acadêmicos e notícias sobre os movimentos contra a EBSERH, saúde e privatização e trabalho e precarização.

O perfil dos sujeitos de análise da pesquisa foram divididas em dois tipos de profissionais: o primeiro grupo - assistentes sociais veteranas nas instituições estudadas e o segundo - assistentes sociais com vínculo EBSERH, sendo que ambos devem possuir mais de 04 quatro anos de atuação na área e que desenvolvam suas atividades laborais nos HUs de Salvador-BA. Os contatos com as 04 quatro entrevistadas se deu mediante a minha inserção no campo de estágio e através do contato com uma docente da Universidade Federal da Bahia-UFBA que me aproximou de algumas profissionais para que o convite fosse feito.

A escolha deste perfil dos entrevistados fez-se necessário devido ao questionamento que suscitou esta monografia, a pergunta norteadora foi: Quais os possíveis reflexos da privatização dos Hospitais Universitários, no processo de precarização do trabalho das Assistentes Sociais na saúde? Por isso, a necessidade de entrevistar as profissionais com vínculos anteriores e pós - gestão da Empresa Brasileira de Serviço Hospitalares (EBSERH) nos HUs.

Além disso, as concepções destas profissionais no quesito SUS/ Privatização, contribuíram de forma significativa para compreensão do movimento de desestruturação do Sistema Único de Saúde - SUS. Tendo em vista que, as relações entre condições laborais e perfil da instituição a qual estão as inseridas influenciam de forma no desenvolvimento das atividades laborais.

Visando o sigilo das entrevistadas, as identificamos com a nomes de mulheres negras que tiveram um papel importante da sociedade Brasileira, como : Dandara, Luíza Mahin, Teresa de Benguela e Maria Felipa. As entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro e maio de 2016 e a última em janeiro de 2017, a duração das entrevistas variaram entre 1:00 e 2:00h e meia.

Em suma, ressaltamos que encontramos alguns entraves na aderência de das profissionais na disponibilidade em compor o quadro das entrevistas. Pois, inicialmente havia sido confirmada um total de 10(dez) entrevistas divididas em formas desproporcional

nas duas instituições(HUs) estudadas. No entanto, o motivo da não conclusão deste quantitativo de entrevistadas, se deu pelo fato, das profissionais terem desistido.

4.2 Perfil Socioeconômico das entrevistadas

Para tanto foram entrevistadas 4 (quatro) Assistentes Sociais, com idades entre 32 e 41 anos, todas do gênero feminino e em relação ao estado civil, das 4 (quatro) entrevistadas : duas são casadas e as outras duas união estável.

No que tange a auto denominação raça cor, segundo o IBGE é categorizada da seguinte opções: preta, branca, amarela, parda ou indígena. Diante dessas opções para autodeclaração Tereza de Benguela e Maria Felipa se declararam pardas; Dandara e Luíza Mahin se autodenominam enquanto pretas.

A composição familiar de Dandara, Luíza Mahin e Teresa de Benguela são bem similaridades, todas as 3 (três) residem apenas com seus companheiros, já Maria Felipe convive com um filho e o esposo. Contudo, apenas ela e o esposo possuem vínculos empregatícios.

No que se refere a realidade socioeconômica dessas Assistentes Sociais, perguntamos a renda familiar em salários mínimos e a discrepância é nítida entre as entrevistadas, ressaltamos que o salário mínimo atual é de R\$ 937,00. Dandara e Maria Felipa possuem 2(dois) empregos ; Tereza de Benguela e Luíza Mahin apenas 1(um) vínculo empregatício.

Dessa forma a renda mensal familiar em salários mínimos das entrevistadas são: Dandara R\$ 10307,00 ; Maria Felipa R\$ 9370,00 ; Luíza Mahin R\$ 7600,00 e Tereza de Benguela R\$ 6559,00.

Quadro 1: Perfil socioeconômico das entrevistadas

Identificação	Sexo	Idade	Cor/raça	Estado	Filhos/ idade	Renda	Vinculação
---------------	------	-------	----------	--------	---------------	-------	------------

				civil			Partidária e mov.sociais
Dandara	F	33	Preta	União estável	0	R\$10307,00	Não possui filiação partidária; Simpatizante do Mov.Social Negro vinculado ao ao Instituto Cultural Steve Biko;
Maria Felipa	F	41	Parda	casada	1____20	R\$9370,00	simpatizante do PT e do PSDB
Tereza de Benguela	F	32	Parda	União estável	0	R\$6569,00	PSOL; Participa de algumas reuniões do Comitê Técnico Transversalizado, transsexual no Conselho de Saúde em Salvador;
Luíza Mahin	F	36	Preta	casada	0	R\$7600,00	Não

Fonte: Elaboração da própria autora.

Quanto a escolha do curso de graduação, apenas Maria Felipa afirmou que sempre teve interesse em cursar Serviço Social, e por isso, foi sua primeira opção no vestibular. As outras 3 (três) entrevistadas sinalizaram que não sabia o que era o curso de Serviço Social e nem tão pouco, a área de atuação profissional. Assim, Dandara sinalizou que inicialmente queria cursar pedagogia ou letras, mas ao conhecer a prática profissional do Serviço Social, se identificou e por isso, hoje é assistente social.

Luíza Mahin relatou que o primeiro vestibular que prestou foi para psicologia, mas não foi aprovada. Em seguida conheceu a profissão de Serviço Social por meio de um de um panfleto distribuído no campus da Universidade Federal de Sergipe-BA, nesse panfleto continha os cursos disponíveis na universidade e as áreas de atuações. E a partir disso, a entrevista decidiu cursar Serviço Social.

Já Teresa de Benguela, nos informou que tinha conhecimento da profissão devido a sua irmã, que era Assistente Social. No entanto, a entrevistada não tinha inicialmente o desejo de seguir o caminho profissional da irmã, ela havia prestado vestibular para o curso de Direito, mas não foi aprovada. A partir disso, foi influenciada pelos familiares a prestar vestibular para Serviço Social, foi aprovada, no entanto, mesmo com uma irmã Assistente Social não tinha ideia do que essa profissional fazia.

No que se refere ao nível de formação acadêmica, Dandara e Maria Felipe concluíram a graduação na Universidade Católica do Salvador - UCSAL , já Tereza de Benguela cursou Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco e Luíza Mahin se graduou na Universidade Federal de Sergipe.

Analisando as falas das 4 (quatro) colaboradoras, sobre seus envolvimento em movimento estudantil , partidário e sociais nos deparamos com um cenário um tanto indiferente. Porque, nenhuma das entrevistadas demonstraram uma participação efetiva em movimentos de lutas populares e nem da própria categoria profissional .

Maria Felipa e Luíza Mahin relataram que durante a graduação tinham pouca aproximação com o Centro e Diretório Acadêmico, apenas participavam de alguns

seminários realizados pelos mesmo. Atualmente são vinculadas ao CRESS-BA, mas não participam dos espaços de discussão, as mesma demonstraram-se desacreditadas quanto a atuação do CRESS-BA, apesar de reconhecerem a importância da representação desta entidade para a categoria.

Já Dandara e Teresa de Benguela sinalizaram que durante a graduação faziam parte do Centro Acadêmico e hoje são simpatizantes de movimentos sociais. Ambas também se sentem representadas pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-BA.

No entanto, Dandara afirmou que as ações do conselho são insuficiente, mas reconheceu que é preciso, que mais profissionais adentrem a esse espaço de discussão e apoiem as pautas da categoria, no intuito de fortalecer o conselho. Todas as 4(quatro) entrevistadas justificam suas ausências nas reuniões do CRESS-BA, devido ao ambiente de trabalho exaustivo e por serem a noite.

Diante disso, faz-se necessário rememoramos intimamente o caráter que a profissão assumiu após a reconceituação e os caminhos que os militantes, trilharam para que isso fosse possível. Todas as pautas de reivindicações, que visem minimizar as expressões da questão social, só foram conquistados por meio de um conjunto heterogêneo de lutas, do fortalecimento dos movimentos sociais , das organizações dos trabalhadores, etc.

O projeto ético - político do Serviço Social se desenvolveu no bojo das reivindicações de diversos seguimentos da sociedade, a sua efetividade exige dos profissionais o comprometimento com os movimentos sociais, e principalmente com a própria categoria. Ao unir forças com estes protagonistas, público das intervenções do Serviço Social, estarão fortalecendo a categoria profissional e contribuindo principalmente para a ampliação dos direitos sociais e para a perpetuação de uma sociedade cada vez mais questionadora e combativa.

Desse modo, é necessário compreender o significado da profissão no bojo das relações capitalistas, para que a alienação não desvincule os Assistentes Sociais da sua identidade e não pulverize suas as organizações de luta.

Caso contrário, “[...] a alienação penetra no interior da categoria profissional,[...]”

chegando a transfigura-la, dando-lhe a conotação de uma prática alienada, alienante e alienadora, enclausurada nas instituições e distanciada da luta de classe.” (MARTINELLE, /, p.6)

Quadro 2: Trajetória acadêmica e profissional das entrevistadas

Identificação	Universidade	Início e conclusão de graduação	Formação Acadêmica	Integrou Movimento Estudantil da universidade	Idade de atuação/Carreira profissional
Dandara	UCSAL	2003__2008	2(duas) Pós-graduações	Sim,integrou o Núcleo de Estudantes Negras de Serviço Social Matilde Ribeiro da UCSAL,no qual fundaram;	9 anos de exercício. CRAS - Interior da Bahia; Residência Multiprofissional em saúde mental; Residência Multiprofissional em saúde da família; ONG Instituição Beneficente Conceição Macedo; Atualmente Assistente Social, com vínculo celetista, do HU Alfa;
Maria Felipa	UCSAL	1995__2000	Pós graduação	Não,mas participou de eventos do	16 anos de atuação. Programas Habitacionais; ONG Legião da Boa

				DA e DCE	<p>Vontade-LBV; CRAS;</p> <p>Coordenadora da Atenção Básica de município circunvizinho de Salvador em 2013;</p> <p>Atualmente é :</p> <p>Assistente Social do HU Beta - concurso EBSEH-celetista; e de uma Instituição privada e de saúde;</p> <p>Docente de 2(duas) Faculdades particulares.Sendo que: assume uma disciplina EAD na pós-graduação.</p> <p>E uma disciplina presencial na graduação;</p>
Tereza de Benguela	UFPE	1999__2004	<p>Especialização na UCSAL,na área de relações familiares e sociedade contemporânea;</p> <p>Mestrado - UCSAL;</p> <p>Doutorado - UCSAL;</p>	sim.	<p>ONG -Centro Dom Helder Câmara em Recife;</p> <p>ONG - Gajope em Recife;</p> <p>Assistente Social das Forças Aéreas de Salvador;</p> <p>Atualmente é Assistente Social do HU Beta-concurso EBSEH-</p>

					celetista
Luíza Mahin	UFS	1998__2003	Pós- graduação	Não.Mas, participou de alguns eventos do Centro Acadêmico.	12 anos em atuação. Inicialmente atuou em um abrigo para adolescente; ONG - Núcleo da criança com paralisia cerebral; Residência Multiprofissional em saúde mental; Assistente Social no HU Beta com régime de trabalho FAPEX; Atualmente é Assistente Social do HU Beta - concurso EBSERH- celetista;

Fonte: Elaboração da própria autora.

No quesito acerca da escolha profissional pela área da saúde, constatamos que três das quatro profissionais entrevistadas revelaram que não almejavam a área da saúde como ambiente de trabalho. Pois, segundo elas: Dandara, Maria Felipa e Tereza de Benguela, almejavam após formadas seguirem carreiras profissionais nas áreas que se assemelhassem aos locais de estágios acadêmicos que fizeram. Vejamos:

[...] meus estágios acadêmicos não foram na área de saúde, eu estagiei no ministério Público, estagiei com o público idoso e estagiei com comunidade, na Fundação José Silveira. E não tinha interesse mesmo pela saúde, não me via como profissional da saúde, como trabalhadora do SUS.(Dandara).

Vou ser bem sincera pra você, não tinha, nenhuma perspectiva de trabalhar na área da saúde. Gosto muito de trabalhar na área de comunidade, porque eu já estagiei na época na URBES que hoje é a CONDER. [...] Então eu sempre me vi dentro dessa linha de atuação, tanto que meus estágios na época de faculdade eu sempre direcionei pra isso, eu nunca direcionei para hospital. Apesar que, naquele tempo falavam que hospital pagava melhor..., as instituições privadas, mas eu não ia, eu ia mais para essa parte de desenvolvimento de comunidades.É é é, com o passar do tempo você começa a perceber também a sua necessidade, primeiro econômica porque infelizmente a gente não tem um piso salarial (Maria Felipa).

Diante das falas das nossas entrevistadas, podemos inferir que elas condicionaram a escolha da área de atuação profissional as experiências oriundas do campo de estágio, como se esse aprendizado fosse um norteador para o futuro profissional.

De acordo com Correia e Santos (2016), o estágio possui grande importância no processo de construção das competências profissionais. Em regra, é a partir dessa vivência que o discente-estagiário passa a ter clareza da necessidade de uma metodologia que oriente a análise e a intervenção profissional, possibilitando, a partir da totalização do fenômeno, a compreensão da realidade em movimento. [...] É nesse sentido que é demarcada a questão das competências e habilidades propostas nas Diretrizes Curriculares (1996), em que prevê a construção de uma competência teórica, ético-político e técnico-operativa. (CORREIA; SANTOS, 2016,p. 382).

Com base nessa perspectiva teórica e com as afirmações das entrevistadas, afirmamos que o Estágio Curricular, além de desempenha um papel fundamental na formação profissional das discentes, comprova a sua indissociabilidade entre a teoria e prática na ação profissional.

Outro aspecto que podemos destacar na fala de Maria Filipa, é a conexão entre o campo de estágio e o surgimento embrionário de uma postura política, que a entrevistada

assumiu mediante as vivências do estágio. Vejamos nos trechos:

Hospital pagava melhor; mas eu não ia, eu ia mais para essa parte de desenvolvimento de comunidades; [...] com o passar do tempo você começa a perceber também a sua necessidade, primeiro econômica (Maria Felipa).

Diante do exposto, os autores Correia e Santos (2016) compreendem que os saberes da formação não são neutros, uniformes ou acabados, são uma construção histórica e, como tal, tributária de relações, tempos e espaços que a excedem.

Com o tempo a escolha por um ambiente profissional, na análise da entrevistada Maria Felipa, deixa de ser motivada apenas pela afinidade ou ideologia e passa a ser condicionada a lei da sobrevivência. Em contrapartida, Luíza Mahin, a única que expôs o desejo de atuar na área da saúde, não se enquadra na perspectiva da conexão entre o espaço profissional e o estágio curricular que as demais remeteram. Assim, a entrevistada argumenta que:

Sim, eu tinha um sonho em trabalhar na saúde, era algo imaginário. Mas, hoje eu vejo que era só imaginário (risos). Porque eu olhava assim e dizia: Poxa! trabalhar em hospital deve ser legal (Luíza Mahin).

Diante de um cenário neoliberal, com vínculos de trabalhos fragilizados e precarizados, o local de trabalho deixa de ser algo agradável para se tornar degradante. Uma vez que, inicialmente a entrevistada descreve o desejo de atuar na saúde de forma romantizada, revelada nas palavras: um sonho, imaginário, legal, mas ao adentrar no mundo do trabalho Luíza Mahin enfatiza que: *Hoje vejo que era só imaginário.*

Concepções acerca do Sistema Único de Saúde –SUS

As respostas das entrevistadas Dandara, Maria Felipa e Luíza Mahin, são as mais esclarecedoras.

Nota-se:

Sistema Único de Saúde um complexo de ideológico e político de oferta de

assistência, de cuidado a vida das pessoas, de promoção de cuidado as pessoas em toda as suas complexidades. A gente vive atualmente um processo de sucateamento do SUS e uma tentativa de boicote de nosso sistema de saúde, infelizmente. O contexto político vem revelando pra gente, que o poder legislativo está tentando destituir o SUS. Mas, eu acredito sim nesse sistema, o SUS é o alicerce de promoção do cuidado da vida das pessoas e impulsionam os outros sistemas né. [...] então se o sistema único deixar de existir, a gente vai ter o que? uma relação de cliente e consumo? comprar? a saúde se vende? se precariza? se terceiriza? [...] o nosso SUS, vive um processo difícil, o SUS está ferido sim, na sua estrutura ideológica, legislativa, financeira [...] todos nós devemos contribuir um pouco para que o SUS seja resgatado, sustentado e que tenha vida e que a gente possa dar segmento ao SUS de uma outra forma que a gente está vivendo [...] uma história de luta e resistência, para nos contar um outro capítulo futuramente e sermos protagonistas desse processo. (Dandara)

Estudei para o concurso aqui(risos), e ai o sistema de saúde, é fantástico ,não tem falhas é..... ,eu me lembro que fiz um curso preparatório e todos profissionais que trabalhavam e tinham essa disciplina eram encantados com o sistema e não tem como ser diferente. O problema é na prática, e de como isso é operacionalizado.[...] Eu não consigo entender o país sem o SUS não, então, entendeu né ? Eu acho que temos que fortalecer, fortalecer e o que não estiver dando certo a gente tentar corrigir, eu acho que o caminho é esse (Maria Felipa).

Olhe eu acho que na teoria é lindo e a gente estuda percebe que em outras nações tidas de primeiro mundo não tem o SUS. O SUS na sua proposta e maravilhoso... agora na sua operacionalização É que na prática a gente vê a dificuldade tremenda que o usuário tem de acesso. E o que é pior, a gente vê cada dia mais as coisas apertarem a nível de acesso ao serviço do SUS. A gente faz um plano de cuidado lindo, ai encaminhamos o paciente para o PSF da comunidade, para a unidade Básica da comunidade, [...] mas a prática, a operacionalização é de uma dificuldade enorme. E lhe digo mais, aqui na alta complexidade a gente vê mais dificuldade ainda, a gente dá um plantão de intercorrência que a gente vê uma série de pessoas angustiadas, chorando, desesperadas, familiar que está na UPA que não consegue regular para uma alta complexidade. Eu sou 100% SUS mas a gente percebe que está inchado, sobrecarregado, a gente vê tantas roubalheiras...se as verbas fossem repassadas mesmo para o SUS como deveria e como é proposto, a saúde seria outra. A gente vê hoje um mecanismo de instrumentalizar os usuários para correr atrás de seus direitos, de ir pra rua mesmo, para a gente tentar reestruturar isso aí. (Luíza Mahin).

As entrevistadas descrevem suas concepções sobre o Sistema Único de Saúde,

ênfatizando a dicotomia entre o que está preconizado na Lei n.8.080/90 e a realidade da saúde públicas *in loco*, expostas em negrito nas palavras Luíza Mahin.

As profissionais ainda denunciaram uma descaracterização da política de saúde, do desrespeito ao princípio da integralidade, através de um movimento de sucateamento das instituições públicas desde a atenção básica até a alta complexidade.

Nessa perspectiva, percebemos que estamos diante de dois projetos antagnicos que influenciam na efetivação da Política de Saúde Brasileira: o projeto do capital e o projeto da Reforma Sanitária (CORREIA, 2011, p.48). Por isso que, Dandara, Maria Felipa e Luíza Mahin ênfatizam que é preciso unir forças e nos mobilizarmos para impedir a expansão do processo de mercantilização e precarização da saúde.

Quando foi perguntado sobre os avanços e/ou limites do acesso  saúde nas instituições, a entrevistada Maria Felipa, com vínculo de trabalho EBSE RH, relatou que no momento não se achava apta a responder essa pergunta, segue o relato:

Olha só, eu tenho pouco tempo aqui, então eu ainda não tenho um, um, um como eu posso te falar... uma opinião formada dessa questão. (Maria Felipa).

Com o vínculo EBSE RH nos relatou que responderia essa nossa pergunta com base nos desabafos das colegas veteranas da instituição.

Dandara demonstrou uma insatisfação, quanto  decisão da coordenação da instituição Alfa, em efetivar estritamente a concepção do distrito sanitário. Ao contemplarmos o questionamento da profissional a entrevistadora, nos fomentou inquietações sobre a regionalização da assistência  saúde pelas vias dos distritos sanitários.

“ um limite?” (Dandara), ao pensarmos nessa indagação, recorremos a NOAS/2012, onde sinaliza uma perspectiva da regionalização da assistência com o intuito de responder às demandas em saúde dos moradores de uma determinada localidade.

Parte-se do entendimento que a implantação dos distritos sanitários garantiriam uma maior absorção das demandas em saúde nos seus vários níveis de gravidade do

usuários e conseqüentemente dariam respostas precisas às demandas da população local. Todavia, a entrevistada nos instiga a compreender que o território é muito além de uma delimitação espacial, são relações de poder imbricadas.

De acordo com Paim (2012), “de fato as condições políticas, sociais, econômicas, culturais e até geográfico-ambientais para desenvolver o processo de municipalização foram e ainda são muito favoráveis (ou absolutamente desfavoráveis) a depender das estratégias e dos critérios para sua operacionalização” (PAIM, 2002, 2012). Haja visto que é visível a dicotomia territorial de uma cidade, a partir de seus espaços territoriais - bairro de rico e bairro periférico, a assistência à saúde, à educação, ao lazer, etc, estão imbricadas no processo saúde doença dos indivíduos.

Os arranjos administrativos dos gestores ao assumirem a perspectiva dos distritos sanitários, devem buscar compreender a historicidade da região. Se mulheres de outra cobertura distrital estão buscando os serviços de outro distrito sanitário é, dentre outros motivos, o acesso a saúde não está sendo prestada de forma equânime. Será que o Estado tem feito um avaliação da cobertura desses distritos?

Dentro da lógica de Dandara, entendemos que ela associou inicialmente os limites do acesso à saúde da instituição Alfa a um problema macroestrutural governamental.

Segue o relato:

[...] temos duas portas de acesso, uma delas é o pré-natal de alto risco e a outra é o centro obstétrico de emergência. Com relação a emergência o acesso é, é aberto a todo e qualquer mulher estrangeira ou não, mas no pré-natal nós temos algumas restrições na questão do acesso, que essas devem residir no território de referência, território definido no distrito sanitário e ter uma gestação de risco... e ter sido regulada da atenção básica pra cá. É um limite? Sim, não deixa de ser, porque já foi porta aberta, falando de pré-natal de baixo risco e hoje não mais e a população questiona muito, não compreende com clareza a lógica de território, a lógica de vínculo conforme o seu território e acaba sendo um limite. O outro é estrutural mesmo, a instituição é centenária e tem várias questões estruturais precarizadas e que comprometem a assistência [...]Mas avança e se sustenta né, como uma instituição escola (Dandara).

Luíza Mahin também sinaliza que a política do SUS não está sendo operacionalizada com veemência por parte da gestão da instituição Beta. vejamos:

Para ser sincera, atualmente nessa instituição eu não estou vendo avanço nenhum de acesso, pelo contrário eu te confesso que pelos poucos anos que eu tenho aqui eu tenho visto cada vez mais dificuldade, mas centralização. A dificuldade está cada vez mais de acesso, então o usuário está desesperado. (Luíza Mahin)

As entrevistadas também abordaram sobre os aspectos positivos e/ou negativos da privatização dos HUs, relatando que:

[...] eu pessoalmente ainda não consegui sentir nenhum aspecto positivo e de melhora, nem com relação a qualificação de mão de obra, e nem a melhora da estrutura da instituição. Muito pelo contrário, o que a gente teve foi uma negativa de aspecto, do ponto de vista estrutural a instituição inchou com profissionais que chegou ... é.. Acolheu-se um contingente de profissionais e que não tem espaço físico para adequar essas pessoas, para adequar esses profissionais, a maioria sem formação específica, sem conhecimento específico na área e a própria EBSERH não se preocupou em qualificar esses profissionais previamente. (Dandara)

Eu sou veementemente contra, essa questão da privatização de equipamentos públicos, eu acho que equipamento público tem que ser fortalecido independente da esfera se é na saúde, na assistência, na educação, enfim. Eu acho que, o que a gente conquistou a gente tem que fortalecer e não simplesmente entregar como a gente tem visto ao longo desses anos, o desmantelamento mesmo.[...] Parece que a intenção é deixar ela chegar num patamar bem trágico para poder justificar isso para população e dizer assim: Olhe não tem mais condição, só está dando prejuízo e estamos passando para esfera privada. Mas a pergunta é: Se está dando prejuízo a esfera privada vai acolher porquê? Porque na verdade não dá prejuízo [...], mesmo tendo vínculo EBSERH ... hoje se tivesse uma votação eu votaria para que realmente a gestão fosse exclusiva do Ministério da Educação junto com a UFBA, é se fizesse os acertos.[...] E para que a gente não tenha hoje prejuízo e para que a gente não tenha notícias lá na frente de desvio de recursos ... quem mais sofre é a população que está lá na ponta. Porque quando você está no ambulatório, você vê uma lista de espera, [...] não é que eu sou contra ou a favor da privatização ou da EBSERH, enfim [...] acho que isso tem que ser visto na raiz (Maria Felipa).

Eu acho que é 100% negativo, eu vou te dar o exemplo da EBSERH, a EBSERH antes de vim para aqui o discurso no hospital era que a EBSERH seria o primeiro mundo. Ebserh é o inovador, que iria reforçar o hospital, recursos humanos, material que seria algo que melhor contribuiria para a assistência e seria 100% SUS. Mas o que a gente vê na prática? Nesse

pouco período, houve uma injeção de profissionais, mas fora isso a gente vê a reforma da estrutura nunca se completa. Não vê nada de tão estruturada ainda no ambiente, recurso material como papel toalha, gel coisas tão simples, mas imprevisível, máscaras para uma área de risco de infecção. A gente vê faltando tudo, tem dia que falta tudo, então que discurso é esse? Que recurso é esse que não vem? Então a gente vê que se pregava muita coisa, mas na prática a coisa é outra.[...] Antes era melhor do que agora, porque você vê que o ambiente não está reformado coisa nenhuma, a gente vê falha que não via antes, material faltando coisa que gente nunca viu aqui ..falta material básico. [...] Mas não melhorou não, fora o aumento dos recursos humanos, melhorou não e até os acesso dos paciente piorou muito (Luíza Mahin).

Não há ponto positivo. Mas porque não há né? Não há porque justamente, está se falando em saúde, e em saúde as lógicas privativas são lógicas de exclusão, são lógicas de relação de compra e a gente não pode falar de saúde assim. Então, não tem nada positivo (Tereza Benguela).

Assim, Dandara, Maria Felipa, Luíza Mahin e Tereza Benguela, trouxeram contribuições significativas que foram fundamentadas no levantamento bibliográfico deste trabalho, sobre a protoforma das terceirizações e início das privatizações no governo FHC e Sarney, sendo intensificado e legalizado cada vez na sociedade capitalista. Uma sociedade regida pela dicotomia de classe, manutenção das desigualdades sociais, de imploração dos direitos sociais e de desmantelamento dos direitos trabalhistas.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NOS HUs-SALVADOR

Abordamos no capítulo anterior reflexões acerca do exercício profissional frente a terceirização, no intuito de compreendermos como esta forma de contratação interfere na precarização do trabalho dessas profissionais. Para tanto, utilizamos da tipologia empregada por Druck (2001) para associarmos o cenário empírico deste trabalho. A autora descreve em sua teoria 6 tipos de precarização do trabalho e utilizaremos 4(quatro) dessa tipologia. Nesse sentido, as falas das entrevistadas a seguir, estão problematizadas sob tais tipologias.

No que tange as metas cobradas pela instituição Alfa e Beta, presenciamos um caráter adoecedor, e constrangedor para as profissionais. Este é o segundo tipo de precarização

social do trabalho “indicado pelos padrões de gestão e organização do trabalho - o que tem levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão de jornada de trabalho , polivalência, etc.) (DRUCK, 2001,p.48)

A EBSEERH tem um viés privado nesse sentido, então a gente tem sim um registro de produção mensal quantitativo e eu me recordo que a gente faz reunião mensal e a gente abordou muito isso ...porque a gente trabalha muito com qualitativo ,então mensura isso em números é muito difícil ,muito difícil .E aí a gente deu até um exemplo, eu posso ter uma situação que eu tenha que atender uma pessoa ao longo da minha tarde inteira, que eu fique com essa usuária a tarde toda e como eu vou contabilizar essa pessoa? Eu vou contabilizar uma pessoa e ai como eu vou ser avaliada ?Eu tenho uma enfermaria de 28 leitos ,tudo bem que eu não tenho todos esses leitos ocupados, digamos que eu tenha 15 leitos ocupados mas eu peguei uma situação que me demandou a tarde inteira ...eu trabalhei menos ou trabalhei mais? Entendeu? E é diferente.....Eu acho um pouco perverso com o profissional com o usuário com todo mundo.. mas a gente tem..e enfim. E colocado e a gente tem que cumprir, essa são questões que infelizmente a gente não tem como fugir(Maria Filipa).

Com a chegada da nova empresa a EBSEERH surgiram metas quantitativas e qualitativas com relação ao número de atendimento mês e qualidade dessa assistência também. Na minha opinião pessoal não sentir nenhum processo de constrangimento no caso de não cumprimento ,até porque temos no serviço social três vínculos distintos – existem assistentes sociais com vínculos ;ebseerh que chegaram pelo concurso , profissionais com vínculos UFBA – servidoras e profissionais terceirizadas com vínculo CLT que é meu caso. Para os profissionais com vínculo ebseerh tem cobrança de metas é maior, porque o próprio regime cobra dessas profissionais o número de atendimentos, cumprimentos de horas, pouca flexibilidade com relação a pendência de horas. Para os outros vínculos não é uma cobrança tão incisiva, tanto no cumprimento dessas metas, quantitativas de atendimento e de horas tem uma flexibilidade na negociação. A cobrança é feita conforme o vínculo, as de vínculos ebseerh têm maior do que as não Ebseerhianas que tem vínculo FAPEX ou UFBA (Dandara).

É, a gente tem metas porque somos avaliadas a cada 6 meses por alcance de meta e essa avaliação é feita pela coordenação dizendo você tinha uma meta de 15 pessoas para atendimento espontâneo no mês você fez 13, esse mês você não atingiu, atingiu um pouco mais no proporcional..É registrado, porque você não cumpriu, porque a avaliação é feita no sistema

pela coordenação, a coordenação avalia né ela comprova a tua meta e ela é feita esse registro,[...] certamente ela vai comparar trabalhadores entre si, e vai causar o que é primordial para ela competição e na competição ela vai dizer o nível de produção que ela quer e só vai contratar a partir desse nível e os que não se acomodam a essa produção, certamente não rendem a empresa não servem, demissão. Esses são os métodos né de continuar ou não com o trabalhador, ele está rendendo dentro daquilo que ele pode fazer, então eu tenho certeza de que é um puro sofrimento, um lamento você né se preparar estudar, querer, você viver esse embate 24 horas da sua vida. Eu não quero preencher esse documento, eu não quero, mas eu tenho que preencher, mas eu não quero preencher esse documento, mas eu tenho minhas contas pra pagar (Tereza de Benguela).

Rapaz agora com esse negócio da EBSEH foi instituídas metas e aí cada uma tem que cumprir suas metas, claro que a nossa chefia é compreensiva então procura junto a gente construir essas metas dentro do que a gente consegue fazer. Mas acho que essa cobrança direta que é cansativa. Por exemplo, esse ano a gente teve uma avaliação para o profissional ser Ah que coisa esqueci o termo. E aí estava todo mundo esperando para ver se iria receber. São tipo como evolução de carreira e aí a maioria do grupo não foi. Ninguém entendeu e quando fomos investiga-se descobriu que a maioria que foi eram médicos. Ou seja, quem não teve a nota 100% no que construiu de metas não recebeu esse crescimento e eu não sabia disso. O que a gente acredita, que como o grupo médico já sabia dessa história, todos eles tiveram a nota 100%. E recebe gratificação, todos eles tiveram a progressão e a maioria dos outros profissionais não progrediram, porque a gente percebeu que só quem teve uma nota 100% é que progrediram. Então a gente percebe que há um movimento contraditório, nessas avaliações, metas... uma coisa meio obscura, entende? Que gera tensão, gera desconforto. Imagina-se um colega progredi e um outro não dentro da mesma lógica. (Luíza Mahin)

Quando solicitamos as entrevistas que nos contassem a suas rotinas alimentares e de lazer, todas afirmaram que não conseguem manter uma alimentação saudável, nos horários adequados e não conseguem às vezes nem ingerir água, devido a dinâmica intensa de trabalho.

No que concerne aos dias de folgas, todas afirmaram que dividem as folgas em duas sessões: diversões e recuperação do sono (dormem muito). Este é o terceiro tipo de precarização social referente “às condições de (in) segurança e saúde no trabalho - resultado dos padrões de gestão [...] que desrespeitam [...] as informações sobre riscos, as

medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade [...] (DRUCK,2011,p.49)

Segue alguns dos relatos:

Cansei de lanchar já tenho um gastrite, sobrepeso e hipertensão. Como trabalho em dois lugares, quando não estou trabalhando eu estou dormindo, não vou mentir (risos) (Luíza Mahin).

Não, infelizmente não, dentro de uma dinâmica de 6 horas dia, conquistada por nossa categoria, mas num espaço socioocupacional que tem uma dinâmica permanente, orgânica , de assistência, de escuta e de orientação .O horário de se alimenta , de se hidratar, da pausa para ir ao banheiro ,ela fica comprometida. Já ocorreu e é frequente, ficar 6 seis horas sem se alimentar e sem ir ao banheiro, e me referindo aos finais de semana que o plantão é de 12:00 horas , isso acontece também. 12 horas de trabalho eu consigo para 15 minutos para comer e voltar porque seu relógio biológico te lembra.. Oh você precisa comer , eu estou com fome, seu estômago vai roncar , justamente pela carga horária de demanda e a falta de profissionais. Porque ao mesmo tempo que tem uma insuficiência de profissionais, nós temos uma insuficiência de sala que comporte e acolha uma numero melhor de profissionais e as nossas estagiária (Dandara).

Não a gente chega aqui cedinho, 7:00 da manhã ninguém tem fome, ai a gente traz uma fruta e nem consegui comer porque já morreu alguém na enfermaria e temos que ir atender e aí já fica a manhã toda sem comer(Luíza Mahin).

Quando questionamos sobre as estruturas físicas do serviço social, de forma unânime todas entrevistadas enfatizaram que a sala do Serviço Social não garante sigilo, o tamanho da sala não comporta estagiários, profissionais e usuários dos serviços.

Ao perguntarmos se as entrevistadas levam trabalho para casa, apenas Maria Felipa sinalizou que leva para casa atividades que não consegue terminar no trabalho, devido ao intenso fluxo de demandas.

Levo de vez em quando, não deveria mais levar, não consigo terminar aqui(risos). Eu estou fazendo um exercício para não levar ,mas às vezes a

gente sabe que não. Tem algumas situações que a gente tenta poupar algumas colegas, mas temos que chamá-las no whatsapp mesmo elas estando de férias. Assim, porque tem situação que está prejudicando o usuário e a gente vai e faz a intervenção mesmo estando de férias, a profissão fala mais alto. (risos) (Maria Felipa).

Atualmente não, eu falo nos últimos 12 meses, porque já levei muito, planejava atividade educativa em casa, selecionar dinâmica de grupo, prepara atividade coletiva, leitura de material, de portaria relacionada à assistência materno infantil perinatal. Atualmente eu tento fazer dentro da carga horária de trabalho na instituição, por ter outro vínculo e por ter uma sobrecarga mesmo, um tempo já comprometido, sinto falta de uma reserva de tempo na instituição para me dedicar ao planejamento, as leituras, de atualização de material (Dandara).

Oi? De jeito nenhum, só quando era plantão de sobreaviso ou quando minha UTI está pegando fogo aí eu dou um contato meu para os familiares entrarem em contato comigo para eu orientar por telefone, porque a gente acaba criando vínculo. Mas fora isso, de jeito nenhum. Inclusive eu tenho uma prática antiga desde que eu trabalhei na assistência, por ser um trabalho muito pesado pra gente, então quando eu saía do espaço de trabalho e deletar completamente e até hoje funciona pra mim. Se você me encontrar lá fora e dizer que eu sou assistente social, eu vou tomar aquele susto, porque eu te confesso que eu nem lembro. (risos) Quando eu entro aqui eu visto a camisa, mas quando eu saio eu desligo até hoje, desse mal eu não sofro (risos). (Luíza Mahin).

Foi possível inferir que Tereza de Benguela também afirmou que não leva trabalho para casa, mas a fala de Luíza Mahin é muito interessante, pois percebemos a estratégia que ela utiliza para preservar a saúde, tendo em vista a rotina estressante de trabalho. Sendo este, “o quarto tipo de precarização social do trabalho, a perda das identidades individual e coletiva (DRUCK, 2011, p.50).

Percebemos que ela nega a profissão e se descaracteriza, como se tivesse duas identidades. Ao sair do HU Beta, ela se reconhece apenas como Dandara: mulher preta, casada, sem filho e Adventista do Sétimo Dia.

Anteriormente esta mesma entrevistada, inicialmente relatou que ao descobrir o que era o curso de Serviço Social se encantou pela profissão, e que trabalhar na área da saúde era um sonho que ela mais almejava. No entanto, os reflexos perverso da

flexibilização que acarreta vínculos frágeis de emprego, da polivalência compulsória, da intensificação da questão social e do próprio regime político e econômico que rege as relações sociais, fazendo com que a profissional negasse a sua identidade profissional. Fica o questionamento de que será que realmente está desconexão surte efeito positivo ou é um sintoma da alienação que está se objetivando a extinção da identidade dos trabalhadores, como forma de enfraquecer as entidades de representação? No caso o CRESS.

Abordaremos a seguir a fala de Dandara que reforça ainda mais a ideia desta quarta tipologia da precarização social do trabalho.

Eu queria relatar uma situação de assédio que existe aqui dentro da instituição a partir dos distintos vínculos profissionais , como já foi dito a gente tem três vínculos, UFBA, ebserh e FAPEX que são os terceirizados. Então, existe um conflito, uma rejeição com os profissionais UFBA e especialmente com os terceirizados, um desejo de desligamento desses profissionais. Assim, as profissionais assistentes sociais que são ebserh, desejam e solicitam a coordenação o desligamento das colegas terceirizadas, é.., Por entender que esse não é um espaço mais delas.. é um espaço da EBSERH. Mas, não é nada pessoal , essas colegas nos respeita... Mas tem esse assédio velado de rejeição por conta dos vínculos, isso ocorre com as próprias colegas de categoria por causa dos vínculos. Existiu aqui um cronograma de desligamento a pedido da gestão para que os setores.... as coordenações realizassem um cronograma de desligamento, à medida que as profissionais fossem chegando.[...]
(Dandara – FAPEX - Instituição Alfa)

Podemos perceber com esta fala que a diversidade de vínculos trabalhistas criam um processo de segregação no seio da própria categoria profissional. As profissionais passam a ser encaradas pelos seus iguais como um indivíduo alheio, as descaracteriza como Assistente Social e passam a codificá-las como um contrato de trabalho - as EBSERH e as FAPEX, isto pode ser notado no fragmento em negrito da fala de Dandara.

Por último, o sexto tipo de precarização, a condensação e o descarte do Direito do Trabalho- [...] o que se expressa no ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos “princípios” liberais em defesa da flexibilização (DRUCK,2011,p.52).

Dessa forma, a maioria das entrevistadas informaram que é um mecanismo de destituir do direito de seguir uma carreira como servidoras públicas, além de uma exaustão física e mental resultante do regime de metas. Instala-se nestas Assistentes Sociais um sentimento de insegurança devido ao seus vínculos de trabalho serem regime celetista, contrato temporário por 2(dois) anos podendo ser prorrogado até no máximo 5 (cinco) anos.

Como bem assinala Iamamoto (2014), [...] Às condições de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores (IAMAMOTO,2014,p.214).

Com isso, Dandara, Maria Felipa, Luíza Mahin e Tereza de Benguela, relatam:

[...] um processo de boicote de concurso público, então é provável que com a manutenção da empresa EBSEH nos hospitais universitários, é de não ter mais concursos públicos. Então você destitui a carreira pública, isso é grave e isso feri com o princípio de democracia, com o princípio de serviço público. [...]Você deixa de ter a perspectiva de carreira pública. (Dandara)

[...]a gente tem um vínculo fragilizado, muito fragilizado entende? Então assim, no movimento de greve você já pensa duas vezes, você ir para o embate, você não sabe o tipo de retaliação pode ocorrer. Você está hoje em um cenário puramente cruel, hoje você tem lá fora um exército de reserva grande querendo entrar e você precisa garanti o seu aqui dentro. Então infelizmente a algumas situações que a gente quer ir para o embate mas ai você se sente realmente temerosa no sentido de estar buscando isso e a gente não sabe o que vai acontecer. [...] Porque eu ainda acho que para esse governo atual a EBSEH está ainda muito boa, meu medo não é que acabe a EBSEH é que crie uma outra , onde os nossos direitos não sejam assegurados.[...]Quando nos reunirmos para é ...fechar alguma coisa né , no sentido de acordo e tal ..em algumas coletivas a gente via que não tinha presença dos trabalhadores. A gente fazia reunião e tinha 15..20 pessoas entendeu? E aí você começa a ver o cenário lá fora e você percebe Então não é fácil, você trabalhar nessa perspectiva , quando o cenário é muito cruel lá fora (Maria Felipa).

Olhe todas as mudanças têm os prós e contra e acho que toda mudança traz aprendizado pra gente ..a experiência profissional é o dia a dia .Assim a gente vê que a EBSEH hoje traz uma questão que é os diversos vínculos profissionais da mesma área com vínculos diferentes. Os vínculos trazem interesses diferentes em algumas situações e isso causa alguns conflitos , causam discussões isso causa mudança no ambiente de trabalho. A

ebserh também tem toda uma proposta diferenciada para os profissionais, crescer por competência, planos de cargos e salários, a EBSEERH tem toda a estrutura que muda um pouco. Porque deixa eu te dizer, porque enquanto FAPEX você se preocupa em fazer seu trabalho na melhor forma possível, já a EBSEERH traz além do atendimento ao usuário outras exigências quantitativas, dados estatísticos. Você começa a se preocupar com essas coisas, se você atende você pensa. Você acolheu e já está pensando em anotar quanto você acolheu. Entende? Então a EBSEERH trás esse controle do profissional que gera mais estresse, que gera desconforto, ansiedade. A questão da avaliação... gera aquela ansiedade de estar sempre sendo avaliado. Eu acho que é um sistema mais controlador (Luíza Mahin).

[...] quando eu fiz esse concurso[...] Não nego que [...] bateu aquele messianismo, poxa não vou ser um assistente social que salvou o mundo, infelizmente vou pra uma empresa, no setor que deve fugir por completo das lógicas privativas. Mas mesmo assim, a gente vai lá, ler pra que a gente se refresque, se acalme e ver que nos é dada as condições de trabalho e a gente se utiliza dela para justamente reverter situação. Outra coisa também é vivenciar o dia a dia as relações que são postas por essa empresa num espaço em que há mais de 70 anos existem outras lógicas e ele chegou doutrinando e se colocando com as suas lógicas, sufocando todo um outro conjunto que já existia de tradição. [...] vivenciamos também, uma lógica que não era conhecida pra mim como registrar todas as pessoas que eu atendo para que no final do mês eu possa dizer a minha produção. Eu até esqueci de fazer essa semana, eu tô com minha produção errada, a gente até brinca: olha quando chega um é meu é meu, tenho que bater a meta que nem em loja. [...] É, a gente tem metas porque somos avaliadas a cada 6 meses por alcance de meta e essa avaliação é feita pela coordenação (Tereza de Benguela).

Conforme vimos nesta última fala, Tereza de Benguela questiona a sua inserção em um ambiente de trabalho que vai de encontro a seus princípios. Esse incômodo relatado pela entrevistada, nos faz perceber que temos que estar sempre lembrando que o Serviço Social atua na concretização da dinâmica das relações sociais em uma sociedade capitalista, e para tanto, é uma dinâmica dicotômica entre os capitalistas e a classe trabalhadora, ou seja, é o caráter contraditório, intrínseco na profissão.

Indubitavelmente, as profissionais de Serviço Social “participam tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o

móvel básico da história” (IAMAMOTO; CARVALHO,2012,p.81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado inicialmente na introdução, o objetivo deste trabalho foi identificar os reflexos da privatização dos Hospitais Universitários de Salvador-BA: no processo de precarização do trabalho dos Assistentes Sociais na saúde pública. Procuramos também apreender os impactos de uma gestão mercantil via Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, na efetivação do Sistema Único de Saúde SUS. No entanto, mais do que buscar respostas, pretendeu - se problematizar o objeto em estudo. Pois, esta é uma temática complexa, inserida em um ambiente de tensões e contradições sociais que influenciam de forma significativa na vida dos indivíduos.

Admito que ao longo da pesquisa nos deparamos com um extenso e rico material teórico acerca da EBSEH e da privatização do SUS, cheguei a me questionar se este trabalho realmente agregaria algo de novo nesta discussão. Mas, dei continuidade por compreender que a minha inquietação não havia sido sanada mesmo com inúmeras leituras sobre o tema.

Neste estudo, optou-se pela realização de uma entrevista semiestruturada. No intuito de compreender, discutir e analisar a realidade dos sujeitos a partir dos seus relatos e vivência na conjuntura de contrarreforma a qual estamos vivenciando.

A pesquisa demonstrou , a importância do estágio supervisionado na formação profissional dos graduandos, percebemos o quanto a postura ética da supervisora de campo influencia no perfil do aluno.

Em relação ao processo de precarização do trabalho das Assistentes Sociais na saúde, extraímos que o capitalismo contemporâneo está cronificando um cenário nefasto de desagregação da própria categoria profissional, em um movimento de descaracterização da identidade dos Assistentes Sociais visando a eficácia do seu comando sobre a sociedade.

Isso implica em um movimento de reemergência da solidariedade da categoria no intuito de corroborado para uma aliança entre os próprios profissionais e conseqüentemente no fortalecimento dos movimentos sociais em prol de uma possível ordem societária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES,R.Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.São Paulo:Boitempo,2006.

A TERCEIRIZAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA: FORMAS DIVERSAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 15-43, 2016.

ARCARY, Valério. Esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

ACURCIO,Francisco. Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil. Disponível em : <http://www.farmacia.ufmg.br/cespmed/text1.htm>. Acesso em 13/02/2016.

BRAVO,Maria Inês.Saúde e Serviço Social no Capitalismo: fundamentos sócio - históricos. São Paulo: Cortez, 2013.

BRAVO, Maria Inês. Política de saúde no brasil. Disponível em : <http://www.saude.mt.gov.br/ces/arquivo/2163/livros> . Acesso em 22/03/2015.

BRAVO, M.I; MATOS, M. C. A Saúde no Brasil: Reforma Sanitária e Ofensiva Neoliberal.In:BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Organizadoras) Política Social e Democracia.São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão salarial: uma crônica do salário. 6ª Ed.Petropolis: Vozes, 1998.

ESPING-ANDERSEN.O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. Lua Nova, n.35, São Paulo: CEDEC, 1995.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova, n. 24,

São Paulo: CEDEC, 1991.

Druck,M. da Graça.Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho.**CADERNO CRH**, Salvador,n.37, p. 11- 22,2002.

DRUCK,M. da Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ ou japonísmo.*In* .: **Revista de Economia Política**,vol.19, n. 2, 1999.

DRUCK, M. DA Graça. **Trabalho, precarização e resistência**: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, vol.24.Salvador,20011.

DAVID,Harvey.Condição Pós-Moderna, Cortez,1998.

GRANEMANN,Sara.O processo de produção e reprodução social: trabalho e social.São Paulo,Cortez,1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia.3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992, 224p.

IAMAMOTO,Marilda Villela. Serviço Social em tempo de caapital e fetiche: capitalismo financeiro,trabalho e questão social, Cortez,2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade.Fundamentos de metodologia científica. 5 ed.São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social.Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, Ana Elizabete.Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.

MARX,Karl.Livro 1 - O processo de produção do capital.*In*: O capital- critica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.v.I.

_____. Livro 1 - O processo de produção do capital.*In*:O capital - critica da economia política .12.ed.São Paulo:Difel,1987.vII.

MÉSZÁROS,István. Produção destrutiva e estado capitalista.Cadernos Ensaio,São Paulo:Ensaio,1989.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis.Revista Serviço Social e Sociedade. nº 44 ,

ANO XV. São Paulo:Cortez, 1994.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo:Cortez,1992.

NETTO;BRAZ. Economia Política : Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez,2013.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social & Sociedade**,São Paulo, v. 24, n. 79, p. 82-107, set. 2004.

PAIM,Jairnilson.Modelos de Atenção à saúde no brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6168/1/Paim%20JS.%20Texto%20Modelos%20Assistenciais.pdf> . Acesso em 12/04/2014.

Participação e controle social para equidade em saúde da população negra. Revista Crioula,2007.

RANIERI,Jesus.Alienação e estranhamento como produtos da atividade humana: o trabalho e sua apropriação. I _ . A câmara escura, São Paulo: Boitempo, 2001.

KREIN, José Dari. Debates contemporâneos economia social e do trabalho, 8: as relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil. São Paulo: Ltr, 2013.

YAZBEK. M. C. Pobreza e exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. In: Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ano II, n. 3, jan. a jun. de 2001. Brasília, ABEPSS e GRAFLINE.

SANTOS, Josiane Soares. “Questão Social” : particularidades no Brasil. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção biblioteca básica de serviço social ; v.6).

SODRÉ,Santos.Serviço Social e o campo da saúde : para além de plantões e encaminhamentos.São Paulo,n103,p.453-475.Jul./set.2010.

SMITH, Adam. Riqueza das Nações. (Ed. Condensada). Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. 2 ed. São Paulo: Clacso: Expressão Popular, 2011.

<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/a-terceirizacao-no-setor-publico-e-a-proposta-de-liberalizacao-da-terceirizacao-pelo-pl-4330/> **A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL 4330.** Por Graça Druck, Publicado em 01/04/2015, Visto no dia 29/03/2017.

<http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/filiais-ebserh> site da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, visto no dia 5/6/2016.

<http://portal.mec.gov.br/hospitais-universitarios/hospitais-universitarios> Decorre sobre o caráter dos hospitais universitários federais do Brasil. Visto no dia 5/6/2016.

Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 365-380, abr./jun. 2013. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: um novo modelo de gestão? Francis Sodrê Denilda Littike; Leandra Maria Borlini Drago; Maria Clara Mendonça Perim.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Conforme a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da *pesquisa Reflexos da Privatização dos Hospitais Universitários: Estudo sobre a precarização do Trabalho das Assistentes*

Sociais na saúde Pública em Salvador. Por favor, leia esse documento, que visa esclarecer sobre a pesquisa e sobre a sua participação e, após a leitura, caso concorde em participar, peço que assine o documento, registrando seu consentimento. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo sempre tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa propõe a discutir o trabalho da Assistente Social nos Hospitais Universitários de Salvador, sob a gerência da EBSERH, considerando o contexto de reestruturação produtiva contemporânea, expondo o processo de precarização, caracterizado por subcontratações, trabalho por tempo determinado, que refletem de forma significativa na efetivação dos direitos trabalhistas e na desestruturação da Política de Saúde, sob a égide da privatização. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre as metamorfoses do trabalho, o contexto político-sócio-econômico contemporâneo, trabalho precário, o processo de construção do sistema único de saúde.

E ao final da pesquisa, poder ter algumas respostas acerca de como se deu (ou não), a superação da situação de violência vivenciada por elas. E a partir daí quem sabe, descobrir quais impactos foram determinantes para isso e assim poder contribuir para que algumas mudanças nas políticas públicas possam ser feitas, adequando à realidade dessas mulheres. Para isso, sua participação é fundamental. A metodologia empregada, no tocante à coleta dos dados, consiste na realização de entrevistas com roteiro semi-estruturado. Você está sendo convidado (a) para participar deste momento. Esclareço, então, que essa participação é voluntária, sigilosa e não afetará a sua relação com a instituição. Em nenhum momento haverá a possibilidade de divulgação do seu nome. Suas respostas serão mantidas em sigilo e as informações obtidas serão utilizadas somente pelos pesquisadores envolvidos no estudo, bem como os resultados do trabalho visam exclusivamente a fins científicos e acadêmicos. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação na pesquisa. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa, para esclarecimento de eventuais dúvidas. É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você.

Naiara Pereira Costa

Estudante do curso de Serviço Social - UFBA

Pesquisadora Responsável

Telefone para contato: xxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxxxxx

APÊNDICE B – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, RG n°

_____, expedida pelo órgão _____, me considero devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora Naiara Pereira Costa sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida e expresse meu livre consentimento para a inclusão como participante da pesquisa. Foi me garantido que minha participação é isenta de despesas e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou minha exposição com a instituição.

Salvador, ___/___/___.

Assinatura da Participante

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA –TCC

I. Questões Gerais

1.Idade

2.Raça/Cor

3.Gênero

4.Estado Civil

5.Segue alguma orientação religiosa?

6.Voce tem filhos? Se sim, Quantos?

7.Qual a sua composição familiar? Todos possuem emprego?

8. Quem contribui com a maior parte das despesas familiar? E qual a renda mensal em salários mínimos?

9.Você é natural de qual cidade? E em qual bairro você reside?

10.Quantos empregos possui?

11.Qual sua carga horário de trabalho? Trabalha aos finais de semana e feriados?

12.O seu contrato de emprego permite a realização de horas extras? Se sim, qual a forma de compensação?

13. Como é seu regime de férias?

II. Questões sobre participação pública

1. Você já participou ou faz parte de alguma entidade de representação do Serviço Social ou Sindical?

2. Como você visualiza a atuação do CRESS?

3. Você possui alguma vinculação partidária ou é militante de Movimentos Sociais? Se sim, qual?

4. Na instituição na qual você trabalha, existe algum conselho de saúde ou grupo de debates? Se sim, qual? Você faz ou fez parte de algum desses?

III. Questões sobre a trajetória acadêmica e formação profissional.

1. O Serviço Social foi sua primeira opção de curso?

2. Em qual universidade você concluiu o curso de Serviço Social?

3. Completou o curso em quantos anos?

4. Participou de movimentos de representação estudantil na universidade? Se sim, qual?

5. Possui Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado?

6. Fale sobre a sua trajetória de trabalho, até o atual emprego.

IV. Questões específicas: SUS / Privatização /EBSERH

1. À área de saúde era o local de trabalho que você queria atuar depois de formada? Porque?
2. Em geral o que você acha do Sistema Único de Saúde –SUS?
3. Quais os avanços e/ou limites você percebe no acesso a saúde nessa instituição?
4. O que você acha da aliança entre o setor público e privado na gestão da saúde pública?
5. Quais os aspectos positivos e/ou negativos da privatização dos Hospitais Universitários?
6. Qual o reflexo do novo modelo de gestão dos Hospitais Universitários para a sua carreira profissional?
7. Você percebe alguma mudança na infraestrutura, na equipe dos profissionais de saúde e no acesso das usuárias aos serviços prestados por esta instituição, após a chegada da **EBSERH**?

V. Questões sobre o trabalho da Assistente Social na instituição

1. Quais são as demandas postas ao Serviço Social por essa instituição?
2. Quais as demandas trazidas pelos usuários?
3. Quais os principais instrumentos e técnicas utilizados em suas atividades?
4. Você já elaborou projetos ou sugeriu ações / atividades dentro da instituição? Foi possível implementar?
5. Como você percebe a materialização do Código de Ética profissional na sua atuação nesta instituição?

VI. Questões sobre condições de trabalho

1. Há uma sala adequada com iluminação, ventilação e segurança?
2. A sala garante o sigilo profissional?
3. A instituição disponibiliza material de informática e local de arquivamento das informações dos usuários?
4. A instituição já foi alguma vez notificada pelo CRESS? Se sim, quantas? A instituição acatou as notificações?
5. Na instituição é exigido metas? Quais? Existe constrangimento no não cumprimento

dessas metas?

6. A instituição possibilita condições para à qualificação permanente, como participação em congressos e especializações?
7. Há solicitações de tarefas que não fazem parte das atribuições e competências do serviço social?
8. Em sua carga horaria de trabalho, há disponibilidade de tempo para supervisão de estágio? Se sim, você tem estagiarias?
9. Você leva trabalho para casa? Se sim, qual e porquê?
10. Existe algum tipo de mecanismo de comunicação permanente que vocês discutam situações de trabalho mesmo estando de folga/férias? Se sim, qual?

VII. Questões sobre os impactos do trabalho na saúde da profissional

1. Você consegue se alimentar adequadamente quando está trabalhando?
2. Você tem tempo para descanso e lazer? O que faz quando não está trabalhando?
3. Houve algum afastamento de doença por conta da rotina de trabalho? Se sim, qual e como ocorreu?
4. A instituição fornece locais e/ou atividades para o benefício da saúde dos

profissionais?

5. Você já presenciou ou viveu alguma situação de desrespeito e/ou discriminação no seu ambiente de trabalho? Se sim, qual e como?

